

POLITIKA

Rio, de 10 a 16 de julho de 1972

Número 38 - Cr\$ 2,00

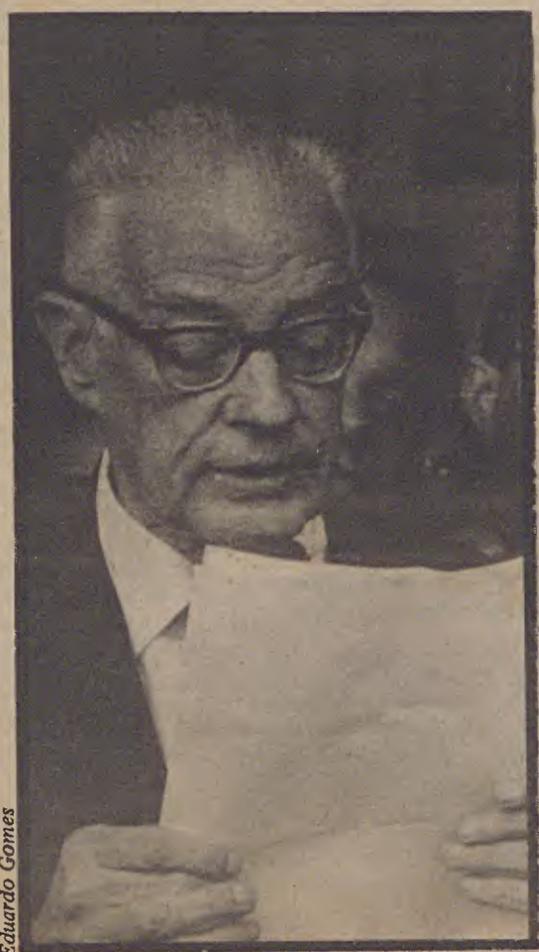
ANÁLISE

OS MILITARES BRASILEIROS

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. _____

Handwritten signature

**Eram
28 os
18 do
Forte**



Eduardo Gomes

**5 DE JULHO
A festa
do herói**

- FRANKLIN DE OLIVEIRA
- HÉLIO SILVA
- OCTÁVIO MALTA
- MEDEIROS LIMA
- JOSÉ MURILO DE CARVALHO
- EDUARDO GOMES
- MAGALHÃES PINTO
- HENRIQUE ALVES



José Fragelli

A Editoria

OS MILITARES E NÓS

1 Desde 1964 os militares assumiram efetiva, consciente e declaradamente o controle do poder político no Brasil. O país estava à beira de um colapso econômico e institucionalmente deteriorado. Não havia lideranças civis, nem partidos políticos em condições de frear o processo de radicalização política em que todos se empenhavam.

2 Desde a proclamação da República, até 1964, os militares desempenharam em nossa vida política, absorvendo modelo que vinha do Império, o papel de Poder Moderador. Intervinham para resolver tensões insolúveis e logo retornavam para os quartéis. A partir da década de 20, entretanto, jovens oficiais mais conscientes das mudanças estruturais que se impunham começaram a forçar, como rebeldes, os quadros institucionais da velha República. A Revolução de 30 cumpriu, em grande parte, mas não de todo, as aspirações subjetivas dos "tenentes".

3 Nunca tivemos uma sociedade democrática, quer consultemos a nossa estrutura política, quer consultemos a nossa estrutura social. Porque não tinham compromissos com as oligarquias, nem com os interesses econômicos, puderam os "tenentes" da década de 20 encarnar o ideal de pureza política e institucional que desembocou em 1960, na eleição de Jânio Quadros e, em 1964, na intervenção militar definitiva.

4 Ninguém pode, hoje, pesar as perspectivas da realidade histórica brasileira sem pesar, antes, o comportamento e as predisposições dos militares. Por um fenômeno curioso, são os militares de todos os grupos com participação efetiva no processo político e institucional brasileiro os menos estudados, os menos discutidos, os menos debatidos. Essa zona de sombra, ou (se preferirem) de intensa luminosidade que os cerca e que os torna de difícil acesso à visão leiga, pode ser explicada como uma herança cultural: não se discute o Poder Moderador.

5 No entanto, nunca, como hoje, se tornaram tão urgente e tão indispensável o exame e a discussão da ideologia dos militares, das crenças dos militares, da organização dos militares. Porque é dessa ideologia, dessas crenças e dessa organização que surgirão muitas das motivações que impulsionarão o processo (a revolução) brasileiro.

6 Foram os militares que deram à República, a partir de 1964, uma verdadeira estrutura de poder. Mas este poder ainda não é democrático. E nem sequer é tolerante. Colocados na perspectiva de hoje, dos critérios de avaliação política de hoje, homens como Siqueira Campos, Juarez Távora, Eduardo Gomes e seus companheiros, seriam vocações suicidas.

7 O país, entretanto, confia na destinação democrática de suas lideranças militares. O presidente Castello Branco, cujos restos mortais se transferem este mês para Fortaleza, está a caminho de uma revisão fulminante de seu papel histórico como estadista. E o presidente Medici, onde quer que chegue, testemunha o calor humano que o povo lhe dispensa. Castello e Medici, menos por atos do que por palavras e intenções, são vistos como fiadores do compromisso dos militares brasileiros com o desenvolvimento do país e com a democratização do poder político.

8 Não tem outro sentido a emoção nacional com que se comemora, na pessoa de Eduardo Gomes, o mito e a legenda dos 18 do Forte de Copacabana. Como nunca teve outro sentido a emoção das campanhas *civilistas* com que Eduardo Gomes, duas vezes candidato, sacudiu e encheu de sonhos a parte mais consciente e mais livre do eleitorado brasileiro.

9 Este número de POLITIKA também é comemorativo. Nós percebemos que só se tornam ídolos e mitos, no Brasil, os militares com inequívoca vocação democrática. Como Eduardo Gomes.

Agenda

● O Governador José Fragelli, de Mato Grosso, além de estar fazendo uma boa administração, é um dos mais criteriosos políticos do País. Há dias afirmava que considera uma deslealdade o fato de um governador de Estado deixar o cargo antes do término de seu mandato para concorrer à deputação ou à senatoria. E explicava: "um governador qualquer dispõe da máquina administrativa e, sem necessidade de corromper, pode vencer qualquer adversário, mesmo os mais tradicionais. Fala-se que o presidente Medici teria recomendado aos atuais governadores a não deixarem seus cargos para concorrer a qualquer tipo de eleição. Eu, mesmo que não houvesse esta recomendação, estava disposto a não concorrer a nada, mesmo porque sou de opinião que o sucesso de minha administração não depende só de mim, mas de uma equipe da qual participam deputados e senadores mato-grossenses".

● Caso não haja impedimento, vários governadores já se estão preparando para concorrer ao Senado, nas eleições de 1974: João Walter, do Amazonas; Cesar Cals, do Ceará; Cortez Pereira, do Rio Grande do Norte; Antonio Carlos, da Bahia; Arthur Gerhardt dos Santos, do Espírito Santo; e Leonino Caiado.

● O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, foi chamado a Brasília, para explicar ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, os motivos das perseguições que está movendo contra o "Jornal da Bahia" e o prefeito de Feira de Santana, Newton Falcão. Destorcendo os fatos, o governador baiano disse que havia nomeado fiscais para Feira de Santana e substituído o antigo, porque tinha verificado que estava havendo favorecimento ilícito aos amigos do prefeito. Entretanto, o deputado Wilson Falcão, irmão do prefeito e do diretor do "Jornal da Bahia", João Falcão, afirmou que o Sr. Antônio Carlos Magalhães estava mentindo, pois a briga entre o governador e o jornal começou desde o início de sua administração, pois ele não suporta oposição, e para atingir o dire-

tor do jornal persegue seu irmão. O Sr. Leitão de Abreu fez saber ao Sr. Antônio Carlos Magalhães que o governo federal não tolerará discriminações.

● Toda a bancada arenista de São Paulo compareceu à posse do novo ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos. No Palácio do Planalto também estavam os sergipanos, capitaneados pelo governador Paulo Barreto e pelo deputado Heraldo Lemos, irmão do empossado. Na Câmara dos Deputados o Sr. Tancredo Neves se lamentava: "o Rocha Lagoa era o único mineiro do Ministério. Foi demitido e Minas foi afastada completamente da administração federal. É o prestígio do Rondon Pacheco. Nunca os mineiros estiveram tão por baixo".

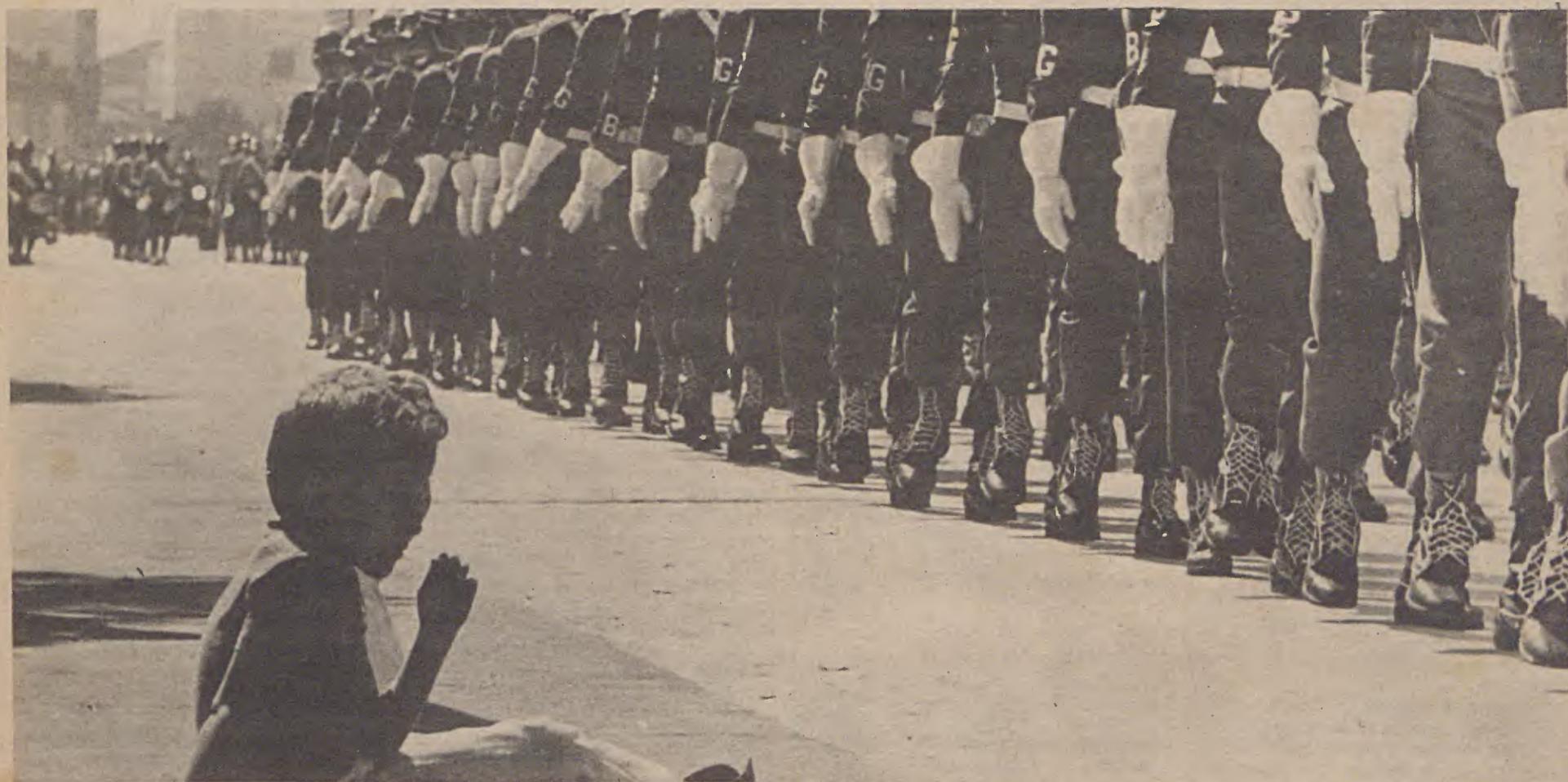
● Mas quem está por cima mesmo são os gaúchos, e isso foi destacado pelo deputado João Menezes, do MDB paraense. E deu os nomes: além do presidente Medici, os gaúchos detêm os seguintes postos: Ministério do Exército, General Orlando Geisel; Ministério da Indústria e Comércio, Marcus Vinícius Pratini de Moraes; Ministério das Comunicações, Coronel Hygino Corsetti; Ministério dos Transportes, Coronel Mário Andrezza; Banco do Brasil, Nestor Jost; Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu; Secretaria de Imprensa, Carlos Machado Fehler; Ministério da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima; SNI - Serviço Nacional de Informações - General Carlos Alberto Fontoura; Petrobrás, General Ernesto Geisel; Governo do Distrito Federal, Coronel Otávio Prates da Silveira; Banco da Amazônia, Babot de Miranda.

● Ernane Galvêas, presidente do Banco Central, no dia seguinte à confusão nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo, foi dar uma aula sobre "trading companies" na ADECIF e, como era natural, os jornalistas queriam saber por que houve a intervenção. Galvêas, muito matreiramente, se esquivou a todas as perguntas, sempre dizendo que não pisaria nas cascas de banana que estavam jogando em sua frente

**José
Murilo de
Carvalho**

Os exércitos são organizações com algumas características bastante típicas, independente das condições sociais. São influenciáveis e influenciam

OS MILITARES BRASILEIROS



Pela primeira vez, assim o cremos, os militares brasileiros são examinados à neutra luz dos estudos universitários, dentro de critérios e conceitos definidos não pelo autor do trabalho, mas disponíveis no almoxarifado da ciência política atual. José Murilo de Carvalho, professor e pesquisador do Departamento de Ciência Política, da Universidade de Minas Gerais, é, seguramente, a maior autoridade em instituições brasileiras do Segundo Império, cuja história ele pesquisa com extraordinária paixão. O presente trabalho surgiu para atender a solicitação de uma Universidade americana. Apanhamos o texto já em inglês e dele extraímos a parte que consideramos mais importante para uma compreensão das crenças e das atitudes dos militares brasileiros. O próprio José Murilo de Carvalho confessa a pobreza de estudos a respeito: "A literatura brasileira (sobre os militares) é quase que exclusivamente histórica e biográfica. As obras interpretativas são, em sua maioria, doutrinárias. Os melhores estudos tendem a explicar o comportamento militar como uma função de variáveis não-militares, geralmente sociais". Para corrigir essa tendência, José Murilo de Carvalho deu ênfase ao aspecto organizacional — "Os exércitos são organizações com algumas características bastante típicas, independente das condições sociais particulares. Ao mesmo tempo que são influenciados, também podem influenciar o ambiente social e político". Dando divulgação a este trabalho do professor José Murilo de Carvalho sentimos-nos duplamente gratificados pela oportunidade que temos de mostrar, que existe sempre um olhar neutro e científico, mesmo para problemas tidos como "delicados" ou "explosivos". Como matéria de estudo universitário ou de investigação científica, os militares nos fornecem uma chave poderosa para a compreensão da realidade em que vivemos. (Oliveira Bastos)

A reforma se iniciou com Hermes

— Embora o exército brasileiro tenha desde o princípio se baseado no modelo europeu (português), nunca recebeu muita atenção durante o Segundo Império (1831—1889). Permaneceu mal organizado, mal treinado e mal equipado. Por volta de fins do século XIX, por exemplo, era comum as famílias dos soldados acompanhá-los à frente de batalha.

Em 1907 enviam-se grandes esforços para organizar o Exército de acordo com o modelo do regime civil-militar, quando o Marechal Hermes se tornou Ministro da Guerra. Tomaram-se medidas para melhorar o recrutamento, o treinamento, pessoal e equipamento. Hermes era admirador do exército prussiano e enviou um grupo de jovens oficiais para serem treinados na Alemanha. Voltaram com idéias profissionais arraigadas que tentaram introduzir no exército. O mais famoso arauto desse grupo foi Leitão de Carvalho, cujas idéias serão explanadas mais adiante. Em 1908 foi introduzido um sistema de recrutamento universal. O serviço militar era antes voluntário e muito poucos se apresentavam; a maioria dos soldados rasos provinha das classes inferiores, muitas vezes marginais, e forçados a ingressar no exército.

Mais tarde, em 1920, durante a administração do único Ministro da Guerra civil depois de 18 — uma Missão Francesa veio ao Brasil — por 20 anos exerceu forte influência profissionalizante, sobretudo através de treinamento especializado em todos os níveis da hierarquia militar. A Missão trouxe consigo a mentalidade profissional; os militares não deviam intervir na política. O exército é “la grande muette”. Alguns anos após a chegada da Missão, os regulamentos militares já continham disposições contra a participação dos militares na política.

— A profissionalização também foi grandemente seguida durante o Estado Novo (1937—1945), sob a liderança do general Dutra. O exército foi reorganizado, foram criadas uma nova Academia Militar e escolas preparatórias, o treinamento especializado foi permitido aos

alistados, diversificou-se e melhorou-se a organização burocrática e publicou-se um Código Militar. Foi durante esse período igualmente que surgiu uma terceira e importante influência externa. Desde o início da II Guerra Mundial, o exército brasileiro tinha sido bastante influenciado pelo exército americano. Os principais canais pelos quais se exerceu essa influência foram: a) o envio de uma divisão brasileira para lutar sob comando americano na Itália (1944-1945); b) a criação em 1949 da Escola de Guerra, inspirada na Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, organizada três anos antes; c) o treinamento contínuo de oficiais brasileiros em instituições militares dos Estados Unidos, sobretudo no Centro de Treinamento do Canal do Panamá. Em um ano apenas, 1966, o número desses oficiais subiu a 362.

Era de se esperar que, depois desses esforços, prevalecesse o ponto de vista do exército como instrumento de segurança externa, debaixo da supremacia civil. Veremos como essa expectativa não foi confirmada pelos fatos.”

2. AS CRENÇAS DOS MILITARES BRASILEIROS.

“O fato de os militares anteverem na política já por si indica que grande parte do exército não participa da noção profissional característica do modelo civil-militar. Uma análise da produção verbal dos líderes de todas as intervenções militares ocorridas desde 1889, indica que esses líderes acreditavam que sua atitude era perfeitamente apropriada a uma organização militar. A intervenção não é apenas legítima, mas um dever militar.

A justificativa da intervenção pode ser resumida em duas idéias básicas. A de que o militar é um cidadão-soldado e a de que o exército é um poder moderador na vida constitucional do país.

O CIDADÃO-SOLDADO

A noção do cidadão-soldado sublinha ao mesmo tempo a proximidade do militar e do civil e a distância entre o militar e o político. O militar é o cidadão perfeito, o político o mau cidadão. O cidadão-soldado, ou o cidadão-armado, é um patriota — ele é honesto e é um democrata. Os

A noção do cidadão-soldado sublinha ao mesmo tempo a proximidade do militar e do civil e a distância entre o militar e o político

Soldado é um cidadão armado

políticos são egoístas, corruptos e demagogos. As forças armadas são formadas de cidadãos-armados recrutados em todas as camadas da população e portanto representam os interesses de toda a nação. Os políticos formam grupos e partidos políticos que representam seus próprios interesses. Portanto, as forças armadas têm o dever de salvaguardar e proteger a nação contra seus inimigos nacionais e estrangeiros e salvá-la em épocas de crise. Ou, esquematicamente:

Vários aspectos da auto-imagem acima mencionada são comuns à maioria das organizações militares. É o caso, por exemplo, do patriotismo, da honestidade e da posição antipolítica. Do ponto de vista antipolítico, é comum mesmo entre os militares dos Estados Unidos. Mas estamos interessados aqui no aspecto intervencionista representado pela idéia do cidadão-soldado discordando claramente da mentalidade profissional.

A noção do cidadão-soldado apareceu pouco antes da primeira intervenção dentro do período de tempo de nosso estudo (1889—1964). Foi introduzida por políticos, na maioria líderes republicanos, interessados em conquistar apoio do exército para derrubar a Monarquia, e através dos ensinamentos de Benjamin Constant na Academia Militar. Constant, um tenente-coronel, era um engenheiro militar cujas idéias positivistas estavam muito distantes do profissionalismo. Era um pacifista e achava que a situação ideal seria quando as armas se tornassem peças de museu. Era o “teórico” militar de maior prestígio na época e figura proeminente durante a proclamação da República, que lhe conquistou o título de “Fundador da República”. Encarava o movimento como um ato dos cidadãos-armados interessados no progresso do país.

— Parece que a expressão apareceu oficialmente pela primeira vez na Declaração assinada por Deodoro e Pelotas, os dois líderes militares mais prestigiados em 1887. A Declaração foi escrita em conexão com a Questão Militar, como se tornou conhecida a crise entre os militares e o governo, originada pela punição de um coronel por um ministro da Guerra, civil. A crise durou de 1885 a 1887 e é geralmente considerada uma das causas imediatas da queda da Monarquia. A Declaração foi escrita por um líder civil, Rui Barbosa, que se tornaria mais tarde uma das mais eminentes figuras do novo regime. Por ironia, Rui Barbosa deveria liderar uma campanha popular para presiden-

OS MILITARES BRASILEIROS

te da República em 1910, sob a bandeira do “civilismo”, contra a candidatura militar do Marechal Hermes da Fonseca.

Algumas citações ilustrarão o caso.

R. Constant:

“O soldado... de agora em diante, deve ser um cidadão-armado, encarnando a honra nacional e importante cooperador do progresso... nunca um instrumento escravizado e flexível dotado de obediência passiva e inconsciente.”

De um tenente, envolvido nos movimentos de 1922—1930:

“De acordo com ela (a Constituição de 1891), o soldado é o cidadão consciente e profundamente responsável que tem a obrigação de pensar antes de obedecer e colaborar com seus superiores.”

Um almirante, em 1921:

“Uma vez que o militar é um cidadão com todos os direitos e prerrogativas concedidas aos civis, é claro, é evidente, é indiscutível e incontestável que ele tem o dever inequívoco de assumir atitudes políticas.”

Um líder do movimento de 1964:

“... as Forças Armadas... não passam do povo de uniforme”.

O PODER MODERADOR

O militar como cidadão tem o direito e o dever de intervir na política. Um dos papéis importantes das forças armadas é intervir sempre que julgar que a nação está em perigo. Têm um papel moderador destinado a evitar mudanças demasiado radicais no equilíbrio das forças políticas.

A idéia do poder moderador provém da constituição imperial de 1824 que estabelecia uma divisão dos poderes políticos em quatro, em vez dos três clássicos. O quarto poder, o moderador, era conferido ao Imperador a fim de que pudesse “velar sobre a manutenção da independência, do equilíbrio e da harmonia dos outros poderes políticos”. O poder moderador era exercido pessoalmente pelo Imperador que, constitucionalmente, não era responsável. Entre suas mais importantes atribuições estavam a indicação dos membros do gabinete e senadores (estes últimos de uma lista de três nomes selecionados pelo voto popular), a sanção das leis votadas pelo Parlamento, a dissolução do Congresso e a punição de magistrados. A idéia fora tomada ao constitucionalista francês Benjamin Constant e sua execução gerou controvérsias infundáveis sobretudo na segunda metade do Século XIX. Os liberais queriam um referendun dos Ministros aos atos do poder moderador, para que alguém fosse responsável por eles. Os conservadores objetavam que isso tornaria o Imperador um instrumento da política partidária e era isso exatamente o que o poder moderador pretendia evitar. Na prática, o Imperador Pedro II exercia bastante livremente o poder moderador e com notável senso de equilíbrio e equidade.

Figura I

O Sistema de Crenças Militares

Características partidárias				prejudicam e destroem a Nação
Cidadania mais	igual a políticos	QUE FORMAM	Part. Polít. Grupos Polít.	
Egoísmo				
Corrupção				
Demagogia				
Características militares	igual a cidadãos-soldados	QUE FORMAM	As Forças Armadas	protegem e salvam a Nação
Cidadania mais				
Patriotismo				
Honestidade				
Democracia				

Castelo: "Em primeiro lugar, sou um soldado da Nação. As medalhas que conquistei foram nos campos de batalha e não a serviço de algum ministro."

Até 1964 as forças armadas se limitavam a intervir e voltar aos quartéis

Em relação ao papel dos militares, a expressão de poder moderador não apareceu à mesma época que a de cidadão-soldado. Isso é bastante compreensível, uma vez que os militares representaram papel de destaque na derrubada da Monarquia, cuja espinha dorsal era o poder moderador. Foi aplicado pela primeira vez aos militares na década de 30 por um civil envolvido no movimento de 1930, mas a idéia já estava presente entre os líderes militares de 20, no sentido de proteção. Mais tarde tornou-se comum até entre os estudiosos. Como lei de tradição seu significado nunca foi claramente definido, mas geralmente inclui a noção de que as forças armadas como poder moderador ficam acima dos outros três poderes e são mediadoras entre eles e a nação. As forças armadas devem lealdade à Constituição ou à Nação, não ao governo vigente. Quando políticos do governo agem fora da Constituição ou contra os interesses da Nação, as forças armadas têm o dever de intervir e restaurar a vida constitucional da Nação. Geralmente essa intervenção deveria ocorrer em épocas de crise, quando interesses políticos divergentes se tornam uma ameaça para os interesses nacionais. Porém, assim que a paz era restaurada, a função moderadora exigia que as forças armadas voltassem aos quartéis, entregando o governo aos civis. Essa limitação foi ignorada em 1964, quando as forças armadas intervieram e permaneceram no poder. Essa mudança é decididamente importante e mais adiante apresentaremos alguns fatores que podem explicá-la parcialmente. As seguintes declarações ilustram a noção do poder moderador:

J. Távora (1927), líder intervencionista de 1922 a 1964:

"Parece que a Constituição de 1891, artigo 14, conferiu sabiamente às forças armadas a função reguladora de um leme da ordem social."

B. Mamede, em 1955:

"... nossas forças armadas estão profundamente convencidas de seu papel histórico como fator de equilíbrio e repulsa diante do tumulto dos interesses partidários."

O. Costa, teórico da Escola de Guerra, em 1966:

"É aceitável que os exércitos intervenham, in extremis, não para proteger interesses de grupos, mas para salvaguardar objetivos nacionais ameaçados, como a soberania, a unidade nacional e a sobrevi-

vência do sistema representativo democrático."

J. Magalhães, Ministro das Relações Exteriores do governo militar de 1964 e envolvido na política militar desde a década de 20:

"As Forças Armadas de meu País têm agido tradicionalmente como poder moderador na vida constitucional."

A idéia das forças armadas como estando acima dos poderes constitucionais é ilustrada pelas seguintes declarações de dois líderes, um da primeira intervenção em 1889 (Floriano, mais tarde presidente da República), e o outro da última intervenção, em 1964 (Castelo Branco, presidente de 1964 a 1967):

"Em primeiro lugar, sou um soldado da Nação. As medalhas que conquistei foram nos campos de batalha e não a serviço de algum Ministro."

"As forças armadas não foram criadas para proporcionar solidariedade a este ou aquele poder constitucional." A regra de retirada foi definida pelo teórico da primeira intervenção, B. Constant:

"Para que a intervenção do exército seja legítima aos olhos da nação e diante de nossas próprias consciências, é necessário que, depois da destruição da Monarquia e da proclamação da República... as forças armadas voltem aos quartéis, entregando o governo ao poder civil."

A quebra da regra é demonstrada por esta declaração de Costa e Silva, líder do movimento de 1964, depois presidente da República:

"Estou cansado de ver revoluções brasileiras sendo estragadas pela política."

Não seria errado dizer que essas crenças representam os pontos de vista dos oficiais envolvidos nas intervenções militares, mas será que representam as idéias de toda a oficialidade, ou da maioria dela, durante todo esse período? Essa é a difícil pergunta a responder. Podemos estabelecer três pontos:

Primeiro — a mentalidade intervencionista é independente de posições ideológicas, isto é, nada revela da orientação ideológica dos intervencionistas. Isso significa que é compartilhada tanto por militares "esquerdistas" como pelos "direitistas", ou por progressistas e conservadores. Todos os que, de um modo ou de outro, estão envolvidos em política aceitariam normalmente o papel intervencionista. De fato, as intervenções tiveram diferentes orientações ideológicas, como se pode ver pelo Quadro III.

QUADRO III

Ideologia das Intervenções Militares

Período	Progressistas	Conservadora	Total
Antiga República	3 (1889, 1922, 1924)	1 (1893)	4
Período Vargas	2 (1930, 1935)	2 (1937, 1945)	4
Pós-Vargas	2 (1955, 1963)	5 (1954, 1956, 1961, 1964)	7
TOTAL	7	8	15

A ideologia da intervenção dependerá do grupo militar que lidera o movimento e de seus aliados civis. A mecânica do processo de decisão através do qual um grupo sobrepuja o outro será discutida a seguir.

Segundo — é decididamente verdade que um número substancial de oficiais mantém um ponto de vista profissional não-intervencionista. Aqui, a dificuldade reside no próprio fato de, desaprovando as atividades políticas, tendem a se calarem em vez de manifestar suas idéias como fazem os intervencionistas. Uma exceção é o já mencionado Leitão de Carvalho. Tendo assimilado a opinião profissional do exército prussiano, opôs-se fortemente às idéias dos jovens tenentes, líderes dos movimentos de 1922, 1924, 1930. Segundo ele, essa doutrina intervencionista, representada sobretudo por Jurez Távora, é "nada menos que a consagração do regime do "Golpe de Estado" que, uma vez admitido oficialmente, transformaria o país em uma republiqueta de "pronunciamentos" militares, com uma vida política instável". Um exemplo mais recente é a declaração feita pelo Almirante Saldanha da Gama, Juiz do Superior Tribunal Militar, em 1967:

"O militar não está correspondendo ao seu destino básico que é a preparação da defesa externa do País. O inimigo do militar é a população civil; o militar existe para ocupar o País; está em toda a parte, menos nos quartéis, onde deveria estar, exercendo seu papel."

Esta última declaração é uma perfeita definição do papel militar segundo o modelo civil e militar. Embora declarações como esta sejam raras, podemos supor sem riscos de engano que muitos oficiais partilham dessa opinião, em consequência do treinamento profissional proporcionado pelas forças armadas. Já examinamos os esforços profissionalizantes empreendidos desde o princípio do século. Em 1930, por exemplo, temos o testemunho de Leitão de Carvalho, afirmando que o exército estava dividido em três grupos, os profissionais, os intervencionistas e maioria indecisa, sem posição claramente definida. Os intervencionistas (jovens oficiais) constituíam uma evidente minoria, porém o movimento teve êxito. Isso nos leva ao próximo ponto.

Terceiro — para que uma intervenção possa ter lugar não é necessário que toda a oficialidade, ou mesmo sua maioria, partilhe do ponto de vista intervencionista. Dependendo do processo de decisão dentro das forças armadas, a minoria pode realizar seus planos. O grupo profissional tende a ser um tanto passivo e seu respeito

pela disciplina e hierarquia o fará seguir um comando intervencionista, mesmo discordando dele. Em diversas ocasiões, grandes unidades militares inclinaram-se para a intervenção através de movimentos isolados e arrojados de um punhado de oficiais. Isso ainda é mais provável se acrescentarmos o grupo 3 mencionado por Leitão de Carvalho. Esse grupo tenderá a adotar uma posição meramente calculista e se aliará à facção com maior probabilidade de vencer.

À medida que as forças armadas se tornam mais complexas, esse processo também se torna mais complicado. À época da primeira intervenção, alguns generais de prestígio como Deodoro e Pelotas, e um pequeno grupo de oficiais subalternos, podiam responder por um exército de 15.000 homens. Em 1969, quando um sucessor de Costa e Silva tinha sido escolhido, algo parecido a um processo eleitoral foi realizado entre os oficiais das três armas.

Uma vez que os intervencionistas constituem quase sempre uma minoria, têm de conseguir o apoio dos profissionais, se quiserem vencer. Frequentemente, os líderes de maior prestígio se acham entre os profissionais e em posições-chave como as de ministros das três armas, comandantes dos quatro exércitos, chefe do Estado-Maior do Exército, etc. Seu apoio é uma condição *sine qua non*. Uma vez assegurado esse apoio, a batalha está ganha, pois os utilitaristas são adesistas e seguirão o grupo com maior possibilidade de vencer. Em alguns casos, os intervencionistas agiram isoladamente e falharam (1893, 1922, 1924, 1935, 1956, 1959). Venceram em 1889, 1930, 1937, 1945, 1954, 1955, 1964, quando conseguiram garantir, em proporções variadas, o apoio ativo ou passivo da maioria. O apoio do grupo profissional é às vezes representado por uma figura-chave respeitada por ser um bom profissional. Em 1889, foi Deodoro, em 1930 Gois, em 1955 Lott, em 1964 Castelo. Vários fatores influenciam a decisão dos profissionais a aderir a uma intervenção, como a questão em jogo, a base e extensão do apoio civil, as possíveis consequências para a organização, etc. São colocados freqüentemente em posição de aderir ou iniciar uma guerra civil. Até hoje, os conflitos entre as diferentes facções foram sempre resolvidos pacificamente. Sempre se chegou a um acordo, às vezes no campo de batalha, como em 1930 e 1964. Os profissionais nunca se mostraram dispostos a apoiar suas idéias pela violência.



Organizadas segundo o modelo civil-e-militar, o papel das forças armadas brasileiras deveria ser sobretudo de defesa externa, mas tal não acontece

OS MILITARES
BRASILEIROS

Durante o Primeiro Império a função do Exército era policiar a população e guardar as nossas fronteiras

Vimos no trecho anterior que as forças armadas brasileiras são organizadas de acordo com o modelo civil e militar. O trecho acima demonstrou que suas crenças têm elementos dos três modelos. Surgiram alguns indícios da existência de mentalidade profissional no regime civil-militar. As idéias do cidadão-soldado, do exército como escola de patriotismo e espírito cívico, da identificação das forças armadas com a nação, pertencem claramente ao modelo de nação-armada. A noção das forças armadas como poder moderador, como guardiões da nação, como condicionalmente obedientes ao governo pertence ao modelo pretoriano. Alguns motivos para essa estranha combinação serão apresentados no trecho seguinte, juntamente com alguns problemas decorrentes para a organização militar.

AS FUNÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Organizadas segundo o modelo civil e militar, o papel das Forças Armadas brasileiras deveria ser sobretudo a defesa externa, mas um rápido exame de sua história mostra que tal não acontece. O Brasil não guerreia com o estrangeiro desde 1870, exatamente há um século.

O envio de uma divisão à Itália em 1944 ou de um batalhão à República Dominicana em 1965, mal podem ser interpretados como uma resposta a uma ameaça externa ao país. As nações latino-americanas têm conseguido elaborar um mecanismo bastante eficiente de solução pacífica para suas disputas internacionais. A adoção, tanto na prática como em teoria (crenças), deste papel como o único digno dos militares teria transformado as forças armadas em um grande conjunto de guerreiros desempregados. Isso dificultaria justificar-se a existência de grandes exércitos em países tão pobres. Portanto, o exército brasileiro e os latino-americanos em geral, sempre adotaram outras funções que não a defesa externa. Imaz, referindo-se ao exército argentino, fala dessas funções como latentes. Vimos que, no caso do Brasil, elas não são latentes e sim conscientemente adotadas.

Durante o Segundo Império (1831-1889) o exército era muito pequeno (cerca de 16 mil homens) e sua principal função era policiar a população e guardar fronteiras potencialmente perigosas, sobretudo nas regiões sul e sudoeste do país, onde tiveram lugar as guerras externas da época. A distribuição dos seis comandos do exército em 1852 confirma esse ponto. Localizavam-se no Rio (a capital), Rio Grande do Sul, Mato Grosso (estados fronteiriços), Pará, Bahia, Pernambuco (onde se verificaram as mais

importantes rebeliões do turbulento período da regência, 1831-1840). Em 1889, dos 30 batalhões de infantaria, 7 situavam-se no Rio, 9 no Rio Grande do Sul, 2 em Mato Grosso, 2 na Bahia, 2 em Pernambuco e 6 nas demais 15 províncias.

Mas a função policiadora era principalmente tarefa da Guarda Nacional, criada em 1831 com o fito declarado de evitar que o exército tentasse intervir na política nacional. Portanto, o exército era pequeno, de pouco prestígio e modestas funções. Seus líderes eram cooptados nos partidos nacionais. O exército não tinha nem disposição nem poder para intervir na política.

Durante a Antiga República, depois dos primeiros anos de governo militar, o papel do exército foi novamente restringido de modo severo. A defesa externa limitou-se à proteção das fronteiras, uma vez que os problemas internacionais eram resolvidos pela eficiente diplomacia do segundo Rio Branco. A atividade policiadora era sobretudo tarefa da polícia estadual, substitutos da Guarda Nacional controlada pelas oligarquias estaduais. A introdução do alistamento universal e obrigatório, que passou a vigorar em 1916, constituiu uma importante mudança, já que fornecia ao exército o instrumento para atingir uma parcela bem maior da população civil. Como já mencionamos, o alistamento, antes dessa mudança, era quase uma caçada humana. Os soldados rasos eram constituídos por elementos das classes inferiores, onde predominavam negros e mulatos. Em 1889, ainda era comum o castigo físico. Com o início do alistamento universal, uma campanha popular liderada pelo mais famoso poeta da época, Olavo Bilac, tentava apresentar o serviço militar como uma escola de patriotismo, de democracia, de disciplina, de aptidão física. Foi um passo decisivo na quebra do isolamento do exército em relação ao mundo civil. A atitude de medo e desprezo para com o exército começou a mudar. Isto era o pré-requisito para o futuro desenvolvimento dos programas de educação cívica.

Reduzido a esse modesto papel, o exército crescia, apesar de tudo, em força, organização e prestígio. A década de 20 assistiu à busca de uma nova função, encontrada na oposição às oligarquias federais, apoiadas pelas forças policiais federais que controlavam a política nacional. O exército como organização nacional deveria representar os interesses nacionais. Deveria velar para que o regime

republicano não fosse distorcido por facções. Em 1937, achava-se em plena atividade, depois das intencões de 1922, 1924 e 1930.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o treinamento da reserva expandiu-se bastante e deu-se início ao treinamento de oficiais da reserva. Programas de ação cívica também foram muito implementados. O exército interessou-se pelo desenvolvimento econômico e envolveu-se na criação de uma indústria siderúrgica e na exploração do petróleo. Alguns elementos de defesa externa se achavam presentes na modesta participação na II Guerra Mundial. Enquanto isto, de 1949 a 1950, as forças militares aumentaram em 46% ao passo que o aumento da população foi de 25,9%.

Estado novo treina reservas

Em fins da década de 60, as atividades não-militares aumentavam constantemente. A vigilância das fronteiras transformara-se sobretudo em construção de estradas, colonização e educação básica. Vários Batalhões de Engenheiros foram criados. A educação cívica, treinamento técnico, as comunicações, as obras sociais, a promoção e direção de empresas estatais, tornaram-se parte das atividades dos militares e são freqüentemente mencionadas para justificar a utilidade das forças armadas.

Intervenções são operações relativamente pacíficas, com poucas ou nenhuma baixa. A demonstração de força militar pode ser impressionante, mas destina-se a ter efeito impeditivo. Nunca se verifica de fato luta de grandes proporções. Este é certamente um dos fatores que explicam o desconforto do militar, especialmente do mais profissional, quando intervém na política. A regra de devolver o poder aos civis, assim que as coisas se estabelecem, está certamente ligada a esse conflito de objetivos. Por que então a regra foi quebrada em 1964?

Um acontecimento importante teve lugar em princípios da década de 50, trazendo conseqüências para a atitude militar. Referimo-nos à Guerra Fria. Ela aparece em países subdesenvolvidos e politicamente instáveis sob a forma de "guerra revolucionária", e chegou à Amé-

rica Latina sobretudo depois da revolução cubana, no princípio da década de 60. Lutar contra a guerra revolucionária tornou-se a maior preocupação dos militares brasileiros. E essa luta poderia justificar, em termos militares, todas as três funções mencionadas.

De acordo com a doutrina da Escola de Guerra, a guerra revolucionária é parte da Guerra Fria, a luta entre a Civilização Cristã Ocidental, da qual faz parte o Brasil, e o Comunismo Materialista Oriental. A guerra revolucionária faz parte de um complô comunista para conquistar o mundo e destruir a democracia e o cristianismo. Portanto, lutar contra ela é uma atividade militar legítima de defesa externa.

Mas seus aspectos externos não são tão importantes para o exército brasileiro. A principal carga da Guerra Fria externa recaiu sobre os Estados Unidos como líder do bloco ocidental, sendo o exército brasileiro apenas uma força auxiliar. Os aspectos internos são mais importantes, visto que a guerra revolucionária se desenrola principalmente em tipos de luta limitados como a guerrilha. Embora sendo uma guerra interna, a guerrilha possui aspectos internacionais e exige técnica militar.

Finalmente, a guerrilha é um tipo especial de guerra. Envolve a população civil cujo apoio é necessário garantir. Isso é conseguido através de atividades tais como a educação cívica, assistência social, propaganda, melhoria no nível de vida, etc. Desse modo, atividades que antes eram apenas civis, são agora justificadas por argumentos militares. Pertencem à segurança nacional. Isso é evidenciado em um discurso pronunciado por um representante brasileiro à VII Conferência dos Exércitos Latino-Americanos, em 1966.

Segundo ele, a luta contra o comunismo justifica todo um novo âmbito de atividades, desde o preparo militar à ajuda do desenvolvimento das classes médias e à introdução de hábitos dietéticos.

A intervenção política tornou-se também um aspecto da guerra contra o comunismo. Um coronel assim a explica: "Não há dúvidas de que a Revolução Democrática de 31 de Março consagrou uma das maiores vitórias do Mundo Livre contra a Guerra Fria (sic) e o Comunismo internacional." Assim, a intervenção também pode ser agora justificada por motivos militares.

Hélio
Silva

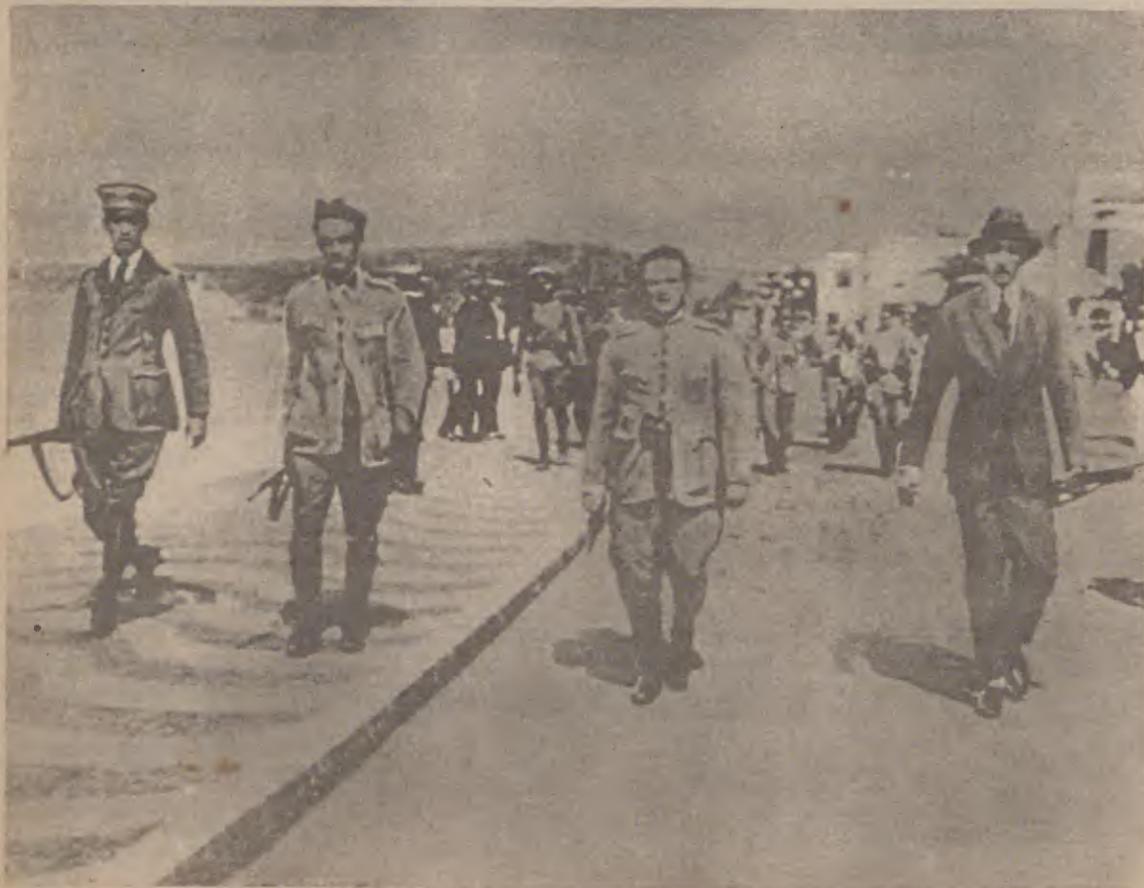
Quatro tiros de de canhão foram dados para anunciar a revolta. Os 3 primeiros destinavam-se a alertar o povo e afastá-lo da praia o outro era protesto

18 HERÓIS SUBVERTERAM A ORDEM

Cinquenta anos são a metade de um século. O Primeiro Cinco de Julho, em 1922, foi há cinquenta anos. Mas o 5 de Julho é um dia, é ontem, na História de nosso povo.

No extremo da praia de Copacabana a massa escura do Forte se projetava sobre o mar. As silhuetas pontudas dos canhões moveram-se. Por quatro vezes estremeceram as bases. O primeiro disparo, dirigido para a ilha de Cotunduba, entre a ponta do Leme e o morro da Urca, anunciou a revolta. O segundo foi dado na mesma direção. O terceiro visou a rocha da base do Forte do Vigia e o quarto alcançou o 3o. R.1., na Praia Vermelha. Os três primeiros destinavam-se a alertar a população, para obrigá-la a afastar-se da praia. O quarto equivalia a um protesto.

Na sala de bilhar do Palácio do Catete, cercado de parentes, amigos e auxiliares de suas Casas Civil e Militar, o Presidente Epitácio Pessoa tirou o relógio do bolso, verificou a hora e comentou: "Estão atrasados de 20 minutos".



A marcha pela Av. Atlântica

O movimento estava combinado para uma hora da madrugada do dia 5. Tudo acontecera rapidamente, em menos de uma semana, desde aquela tarde de 29 de junho em que o Marechal Hermes da Fonseca resolveu atender aos apelos de seus jovens camaradas da guarnição de Pernambuco e redigiu o telegrama que a assembléia do Clube Militar aplaudiu, delirantemente:

"O Clube Militar está contristado pela situação angustiosa em que se encontra o Estado de Pernambuco, narrada por fontes insuspeitas que dão ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano. Venho fraternalmente lembrar-vos que mediteis nos termos dos arts. 6o. e 14o. da Constituição, para isentardes

o vosso nome e o da nobre classe a que pertencemos da maldição de nossos patrícios. O apelo que ora dirijo ao ilustre consócio é para satisfazer os instantes pedidos de camaradas nossos daí, no sentido de apoiá-lo nessa crítica emergência, em que se procura desviar a força armada do seu alto destino. Confiando no vosso patriotismo e zelo pela perpetuidade do amor do Exército ao povo de nossa terra, vos falo nesse grande momento. Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica."



Epitácio mandou prender Hermes da Fonseca e com isso traumatizou a população civil e a mocidade militar, que provocara aquele incidente.

18 homens tentaram a reforma

Foi preciso recorrer ao Almanaque da Guerra para se achar um Marechal que prendesse Hermes da Fonseca

Antigo Ministro da Guerra, ex-Presidente da República, a mais alta patente, Hermes se considerava o Chefe do Exército Nacional. Telegrafara, ainda, na qualidade de Presidente do Clube Militar.

Aquele qualificativo de Chefe do Exército Nacional impressionou, vivamente, Epitácio Pessoa. Pareceu-lhe que Hermes pretendia roubar-lhe o transitório título que a Constituição da República lhe dava, como Chefe da Nação. Determinou ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, indagasse do Marechal se o telegrama era, realmente, de sua autoria. Pandiá, civil, pouco afeito aos princípios da dogmática hierárquica, encaminha a ordem ao chefe do Departamento de Pessoal da Guerra, um general-de-brigada. Agravando a incorreção, foi portador da interpelação um simples soldado, nas funções de estafeta.

Hermes, ausente em Petrópolis, não recebeu a interpelação. Não obstante, a 1o. de junho, foi publicado o Aviso de Repreensão. Ferido em seu pundonor, responde diretamente ao Presidente da República, recusando aceitar a injusta e legal pena que nunca lhe fora entregue. Então, diante do protesto que indisciplinadamente levantara o Marechal contra o aviso punitivo, o Presidente da República mandou prendê-lo.

Hermes era a mais alta patente no Exército. Foi preciso rebuscar, no Almanaque da Guerra, um oficial de igual patente, embora graduado, o Marechal Gabriel e Souza Pereira Botafogo. Não tinha mais uniforme disponível, nem ajudantes-de-ordens próprios. Assim, só às 19 horas e 30 minutos do dia 2 se apresentou no Pálace Hotel, onde morava Hermes, à paisana, acompanhado de dois outros oficiais de patente inferior, ajudantes-de-ordens do General Carneiro da Fontoura, Chefe de Polícia que vigiava, dessa forma, o cumprimento da missão.

Hermes foi recolhido ao 3o. R.I., na Praia Vermelha. A notícia da sua prisão alarmou a cidade. Começou uma romaria ao Quartel, de políticos, amigos, admiradores.

Não só a população civil estava traumatizada com a violência da repressão. O Exército sentia-se humilhado na pessoa de seu oficial mais graduado. E a mocidade militar, que provocara o incidente quando apelara para Hermes, não podia tolerar a punição àquele que atendera seu apelo, traçando as normas exatas da missão dos militares.

A MISSÃO DO TENENTE EDUARDO GOMES

Não houve uma conspiração. Não havia tempo para articular um movimento, naqueles dias que corriam céleres, e o noticiário dos jornais se ocupava dos

aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que acabavam de realizar a travessia do Atlântico.

Não se arma uma revolução em 48 horas. Só uma revolta deflagra nesse curto período. O que urgia era protestar, imediatamente, sem cálculos sobre outras consequências que aquele desagraso.

É quando aparece, pela primeira vez, um moço representando a Revolução. Era o 1o. Tenente de artilharia, Eduardo Gomes, de 25 anos de idade, pertencente à 3a. esquadrilha de observação. Ele se apresenta no Pálace Hotel, quando a polícia, comandada pelo General José da Silva Pessoa, irmão do Presidente da República dissolvia, a pata de cavalo, os populares aglomerados em frente ao Pálace Hotel, para saudar o Marechal Hermes, que vinha da prisão.

Eduardo Gomes traz uma mensagem do Capitão Euclides Hermes da Fonseca, comandante do Forte de Copacabana, para seu pai. Dizia que a mocidade militar estava revoltada. Os sombrios augúrios da sucessão presidencial, a agitação desordenada dos políticos, a intervenção do Presidente da República, através de seus sobrinhos, no caso de Pernambuco, não seriam mais toleradas. O Exército não se compunha de janízaros. O Forte de Copacabana capitaniaria a revolta.

Hermes era um chefe militar. Sabia que não dispunham de forças para enfrentar a reação governamental. Os rebeldes contavam com alguns moços, que engrossariam a guarnição do Forte. Esperavam a solidariedade dos cadetes da Escola Militar. Contavam sublevar a Vila. Em quase toda praça de guerra, os moços capitães, tenentes, estavam desejosos de afirmar seu amor ao Brasil, defendendo-o da deturpação do regime. Mas que segurança oferecia tudo isso ao antigo Ministro da Guerra, ao ex-Presidente da República, ao Chefe Militar que conhecia muito bem a organização de nosso Exército?

Conta seu filho, o Ministro Hermes da Fonseca, que seu pai sabia a causa revolucionária inteiramente perdida. Não alimentava nenhuma esperança de vitória, quando tomou sua decisão. Mas, se seus companheiros de farda se revoltavam por sua causa, ele ainda desta vez não lhes faltaria. Nem se abrigaria na fortaleza, onde teria o máximo da precária segurança. Iria à Vila Militar, para junto de seus antigos oficiais. À frente de seus soldados, seguidos dos cadetes do Realengo, avançaria sobre a cidade que o Forte de Copacabana manteria sob mira.

O Tenente Eduardo Gomes voltou ao Forte, onde o aguardavam Euclides Hermes, Siqueira Campos, Delso Mendes da Fonseca. Saiu, no dia 4, cerca de 17

horas, foi à cidade estabelecer contatos. Voltou ao Forte às 19 horas e 30 minutos. E aí ficou. Fora fixado o dia e a hora: 5 de julho, a 1 hora da madrugada.

O que se passou, tornou-se lenda, revelou-se verdade, porque é uma página de heroísmo que tem a beleza da bravura e o encanto da mocidade. Bastaria recordar aquele amanhecer, o dia de esperança e desengano, a tarde de tristeza e o outro dia marcado pela derrota para que se evoquem, com ternura e gratidão, os moços que enfrentaram o abuso do poder, à custa das próprias vidas.

A falta de preparo dos idealistas e a organização policial da legalidade conjuraram-se para que a revolta ficasse, desde logo, limitada a muito poucos núcleos. Realmente, de importante, só houve a revolta do Forte de Copacabana e o levante da Escola Militar.

Nem importa que dos trezentos combatentes da primeira hora, só restassem os vinte e oito cujos nomes foram gravados, a ponta de prego, no muro do Forte. Vinte e oito corações que foram cobertos pelos vinte e oito pedaços em que Siqueira Campos retalhou, a navalha, a bandeira do Forte. Nem todos eles chegam ao último lance, quando se trava a luta de vida e de morte. Na pesquisa realizada, são dez em verdade, e não os dezoito da lenda, os que lutam, caem e morrem na areia de Copacabana:

São quatro oficiais: O Tenente Antônio de Siqueira Campos assume o comando, comanda o heroísmo, cai ferido e é preso; o Tenente Eduardo Gomes trava combate, é ferido e preso; o Tenente Nilton Prado combate, é ferido, preso e morre no H.C.E.; o Tenente Mário Tamarindo Carpenter é ferido e morre. Há um civil: Octávio Correia, que se associa aos combatentes, para que a mocidade civil tome parte no feito. É ferido e morre. O mecânico-eletricista José Pinto de Oliveira é ferido e morre no H.C.E. Os soldados Manoel Antônio dos Reis e Hildebrando Silva Nunes feridos, tiveram no H.C.E., foram processados e presos, mas não resistiram por muito tempo.

Octávio Correia está sepultado em Porto Alegre. Nilton Prado e Antônio Siqueira Campos em São Paulo, Mário Tamarindo Carpenter foi inhumado no Cemitério de São Francisco Xavier, quadra 5, sepultura 6775. José Pinto de Oliveira está na mesma necrópole, quadra 61 - sepultura 357. Em outro túmulo, na quadra 31, número 6231, descansam Manoel Antônio dos Reis e Hildebrando da Silva Nunes. A seu lado, os dois últimos combatentes - os dois soldados desconhecidos dessa guerra singular, um preto e um branco, cujas identidades

nunca foi possível desvendar. Foram dez os combatentes do último lance: quatro oficiais, cinco soldados e um civil.

A REVOLUÇÃO FAZ OS REVOLUCIONÁRIOS

Nestes cinquenta anos, que transcorreram tão diferentes, em que seus heróis são, merecidamente, glorificados, muitas vezes escrevi, desde a primeira hora, quando começava a vida de repórter.

Ouvi todos os que puderam falar. Oficiais, soldados, muitos cadetes daquela Escola que tão alto elevou a tradição da mocidade.

Meio século após, já é tempo de proclamar a importância daquele fato que valeu, não apenas como o protesto dos moços briosos contra a humilhação do Exército, na pessoa de seu Chefe. Porque a verdade é que não são revolucionários que fazem as revoluções. São as revoluções que criam os revolucionários. Foi assim no Primeiro Cinco de Julho.

A Revolução brasileira, reflexo da crise do mundo moderno, deflagra no Brasil com a Revolução Militar de 5 de julho de 1922. Foram os moços que a fizeram, aqueles que sentiram, mesmo sem poder alcançar toda a magnitude do gesto que faziam, a hora da transformação: E seu mérito é que souberam ser dignos dessa hora.

Era a Revolução que fazia seus primeiros revolucionários, escolhendo os moços, os melhores, que serão sempre os moços. Por isso, a comemoração de agora é a glorificação da Revolução e da Mocidade. Para honra do Exército, nessa hora, como na implantação da República, os jovens oficiais e os moços cadetes foram a vanguarda. Os cadetes de Benjamin, selando os pactos de sangue; os cadetes do Realengo, marchando contra a Vila e reafirmando a decisão consciente que lhes valeria a expulsão da Escola; os jovens da marcha para a morte na praia de Copacabana são o Brasil de amanhã, o Brasil do futuro, o Brasil dos moços que sempre saberão a sua hora. Que não de ouvi-la quando nós, mais velhos, mais acomodados, não percebemos o ruído sutil, subterrâneo que se fará rumor, estrondo e explosão.

A crise do mundo moderno se processa através de revoluções. A Revolução, no Brasil, começou naquela madrugada, quando as silhuetas pontudas dos canhões do Forte de Copacabana se moveram, estremeeceram as bases, movimentados pelos moços que assumiam o comando.

**Octávio
Malta**

Hermes foi para Deodoro esperar os moços da Escola Militar de Realengo revoltada e da guarnição da Vila Militar para marchar sobre o Catete

QUANDO A REVOLUÇÃO ERA QUASE RISONHA E FRANCA



Naquela noite de fim de junho de 1922 achava-me eu numa mesa de redação do "Diário de Pernambuco", traduzindo os telegramas do Rio para a edição do dia 30 (e trabalhava-se sob tensão, ante a ameaça de ataque pela madrugada), quando, antes da meia-noite, chegou o famoso telegrama do Marechal Hermes da Fonseca, aprovado numa assembléia do Clube Militar, advertindo o comandante da Região. O coronel Jaime Pessoa colocara a tropa federal a favor das manobras do candidato a governador do Estado, apoiado pelos sobrinhos do Presidente da República. Pernambuco transformara-se assim em campo de guerrilhas. Avisado por oficiais da Região divergentes desse comportamento, o Marechal Hermes, em nome do Clube do qual era Presidente, dirigiu-se ao Coronel Jaime Pessoa, em termos de camarada: "Venho fraternalmente lembrar-vos que mediteis nos termos dos arts. 6o. e 14o. da J Constituição, para isentardes o vosso nome e o da nobre classe a que pertencemos da maldição dos nossos patrícios." E concluía: "Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica". Esse telegrama salvou o mais importante jornal pernambucano do empastelamento. Mas foi, também, a causa imediata de acontecimentos mais profundos para a vida política e social do Brasil.

Fechado o Clube Militar por decreto do dia 1 de julho, preso o Marechal Hermes da Fonseca no dia 2, no dia 3 era o povo pernambucano despertado pela bomba de um acordo, feito por uma comissão (em nome das correntes políticas do Estado) sob a presidência do Deão da Sé de Olinda, apresentando um candidato de "concordia": o juiz federal Sergio Loreto. Os políticos pressentiram que a procissão ia sair. Trataram, às pressas, de defender seus interesses, sob a doce bênção da Igreja.

Já na noite de 4 de julho de 1922, uma bateria do Forte do Vigia, de 54 homens, sob o comando do tenente Bruce, ocupou um bonde do Leme, arriou as cortinas e apagou as luzes. O aspirante Fabrizzi, de revólver em punho, ordenou ao motorneiro: "Rume para o Posto 6." Destino certo, porém: o Forte de Copacabana.

Na véspera, o tenente Eduardo Gomes havia estado com o Marechal Hermes da Fonseca, no Palace Hotel, à Avenida Rio Branco: "O Comandante do Forte de Copacabana manda dizer que o Forte ia se revoltar". O comandante era o capitão Euclides Hermes, filho do Marechal. (Eduardo Gomes, que conspirou e combateu ao lado de Siqueira Campos, não era do Forte: fazia o Curso de Observador Aéreo de Artilharia na Escola de Aviação. A convite do amigo comprometeu-se a lutar, no dia da Revolta, naquela unidade. Chegou silencioso, de óculos, franzino mas de uma energia extraordinária. Pedeu licença para estudar o mecanismo de um novo canhão Schneider ainda não usado. E só quando se sentiu habilitado, mandou ba- la.)

Em torno da decisão do Forte, em que atuava como líder natural o tenente Siqueira Campos, tecia-se nos quartéis uma vasta conspiração de oficiais jovens.

Após receber o aviso de Eduardo Gomes, o Marechal Hermes deixou o Palace Hotel e, instalado na casa do tenente Terral, em Deodoro, passou a aguardar os moços da Escola Militar de Realengo, já revoltada, e a guarnição da Vila Militar, os quais, sob o seu comando, deveriam marchar sobre o Catete. Em outras unidades do Exército a conspiração avançava, acentuadamente entre capitães e tenentes.

João Alberto revelou em Memórias de um Revolucionário: "Todos os tenentes e capitães do R.A.M. (Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, onde ele servia) estavam contra o Governo Epitácio Pessoa. De major para cima, a favor. Por falta de ligação com as unidades insurrectas (o Forte e a Escola), o Regimento não pegou em armas." As coisas se passavam mais ou menos às claras. A revolução era quase risonha e franca.

A revolução se atrasou 20 minutos

Esse era o quadro político-militar, em que, num Brasil agrário desmantelado, arcaico, iria soar, na madrugada de 5 de julho de 1922, o primeiro tiro de canhão do Forte de Copacabana, anunciando a revolta. Quando o fogo começou, achavam-se dentro do Forte, com as adesões, 301 combatentes, embora a guarnição fosse reduzida. Conta-se que era uma hora e vinte minutos do dia 5, quando Siqueira Campos deu aquele primeiro tiro com o canhão de 190 mm apontado para o céu: apenas um sinal para o levante de outras fortalezas da Guanabara. Mas todas se mantiveram caladas. Não aderiram, nem atacaram. O Presidente da República, rodeado de Ministros, no Catete, acompanhava a marcha da revolta. Afirma-se que, à detonação do primeiro tiro, Epitácio tirou do bolso o relógio, verificou a hora e comentou: "Estão atrasados de 20 minutos". O detalhe mostra a ausência de sigilo entre os adversários.

A história revela os fatos vistos segundo o ângulo de cada grupo de combatentes. O certo é que longas horas de angústia decorreram até que, preso o capitão Euclides Hermes, (deixando o Forte, ao chegar ao Catete, para parlamentar sobre a capitulação), a sorte ficou já então nas mãos de alguns militares de pouco mais de vinte anos.

Siqueira queria resistir ao chegar um facho aos paíós, matando-se todos na explosão. Mas o Forte não era dele e, sim, do povo. Foi quando Eduardo Gomes sugeriu: — "Por que não saírem, oferecendo combate às forças do Governo, num corpo a corpo, em plena praia de Copacabana?"

Proposta aceita, com entusiasmo, por oficiais e soldados. Arriaram a bandeira do Forte, a qual Siqueira Campos cortou, com uma navalha de barba, em vinte e oito pedaços, distribuindo um a cada dos lutadores restantes dos trezentos e um que iniciaram o combate. Antes fora aberta a porta do Forte e saíram 250 soldados e 13 oficiais, segundo depoimento do tenente Nilton Prado, antes de morrer.

Em "1922 — Sangue na Areia de Copacabana", Hélio Silva, minucioso e correto, reuniu os depoimentos dos sobreviventes e autoridades da época. O tiroteio durou das 13,45 às 15 horas. Depoimento de Siqueira Campos: "Começaram a cair os feridos: primeiro foi o tenente Eduardo Gomes, seguindo-se o civil (Octávio Correia) que tombou sem pronunciar palavra, nem fazer nenhum gesto; depois o tenente Nilton Prado, que se queixou da perna quebrada; depois, o depoente (Siqueira Campos), com uma bala na região abdominal, escutando apesar de ferido que o tiroteio continuava já reforçado por metralhadoras. No meio da ação notou que alguns de seus com-

Siqueira Campos queria fazer os paíós irem pelo ar e matar a todos com a explosão. Eduardo Gomes sugeriu que fossem para a rua, lutar

panheiros queriam cessar o fogo. Disse então o depoente ao tenente Carpenter que dirigisse esses tais desarmados no rumo da igreja e que ele, Carpenter, com os mais que ficassem não atirassem nessa direção. Sabe que alguns saíram. Não pôde verificar porque estava ferido e deitado na areia. Momentos depois, o tiroteio cresceu de intensidade, enquanto do lado do depoente só um ou outro respondia. Afinal, o depoente ouviu gritos, escutou estas palavras: levantem, levantem. Viu o tenente Nilton, mesmo deitado, usar de seu revólver, gesto que o depoente não pode imitar por falta de forças. As tropas do governo aproximaram-se e transportaram nos braços o depoente". O número "Os 18 do Forte de Copacabana" não é aritmeticamente preciso. Mas ganhou o realce da tragédia.

O drama do Forte estava encerrado. Ou transferia-se para a Policlínica Militar. O "Correio da Manhã", na edição do dia 7, publicou o seguinte sobre a visita de Epitácio Pessoa aos vencidos: "Logo na entrada (da Policlínica), numa maca, o ventre à mostra, no desalinho natural dos primeiros curativos, as roupas salpicadas de sangue, o tenente Siqueira Campos parecia uma criança que dormisse. O Presidente parou, informando-se, com os médicos, do seu estado. Ele abriu ligeiramente dois olhos claros e quase ingênuos e fechou-os em seguida (...). O sr. Epitácio Pessoa voltou a contemplar o tenente Siqueira, cujos olhos permaneciam fechados numa expressão de lamparina que se extingue. Os enfermeiros envolveram o ferido em cobertores e o próprio Presidente da República ajudou a enrolar os pés do tenente, de modo a preservá-los do frio". Só Siqueira e Eduardo se salvaram. Mário Carpenter e Nilton Prado morreram. O tecido da história envolveu os dois tenentes sobreviventes, dos quais hoje só Eduardo vive.

O Presidente da República, indo visitar os feridos, seria movido pela sensibilidade pessoal. (Mas a máquina da política anacrônica que iria destruir a Primeira República encheu as prisões militares de oficiais suspeitos.)

Naquele momento, era apenas uma revolta, em que alguns morreram e inúmeros iriam curtir um longo ostracismo. Mais tarde seria, porém, a Revolução Brasileira, de que aquela fugaz e sangrenta revolta era um marco importante.

— Que idéias defendiam aqueles tenentes?

Naquela hora, ostensivamente, defendiam o princípio básico da Federação, ferido pela intromissão do Presidente da República na sucessão governamental de Pernambuco e, ao mesmo tempo, protestavam contra um achincalhe à honra do Exército Nacional, com o fechamento do Clube Militar e a prisão, por poucas horas que fosse, de sua maior patente, o Marechal Hermes da Fonseca. Interpretação: iniciava-se a fase de reivindicação da mocidade militar no processo republicano desvirtuado, visando renová-lo pelo respeito à Constituição e às leis, que devem garantir as liberdades políticas.

O tenente João Alberto não conhecia Siqueira Campos, nem Eduardo Gomes.

Siqueira era um intelectual

Mas, oficial de artilharia, servindo no R.A.M., na Vila Militar, comprometeu-se com a revolta. Foi preso, juntamente com outros oficiais solidários. Transferido para a Fortaleza de Santa Cruz, lá encontrou o capitão Joaquim Távora (irmão de Juarez).

— "O capitão Joaquim Távora — contou ele em suas Memórias — tornou-se nosso líder. Falava bem e argumentava com fatos novos para nós, oficiais mais jovens e bisonhos em política. Socialista ardoroso, explicava-nos os acontecimentos à luz da economia. Era um mundo desconhecido que se abria na nossa frente".

O Governo, ao reunir centenas de oficiais nas prisões militares, durante semanas e meses, criara, sem saber, uma escola ativa de política revolucionária. Soltos depois, por ausência de base para condenação, voltaram eles aos quartéis, onde passaram a manter contato com companheiros das mais diversas unidades.

Os problemas da República Brasileira iriam aparecer nas discretas discussões dos perseguidos. E as soluções a reclamar decisão. Os jornais da época não ajudavam o debate de problemas básicos. Os articulistas preferiam o ataque pessoal. Um escritor do tempo, Antônio Torres, notável pelas suas deliciosas verrinas, acusado de ser (lamentavelmente pessoal), replicaria: "Não escrevendo acerca de pessoas, que assuntos haverão disponíveis no Brasil?" Como acontecia aos partidos, os jornalistas não tinham ideologia, nem programa. Reivindicação singular: liberdade de escrever o que quiséssem. Época em que a inteligência esfarelava a sua força em ninharias. Os tenentes não podiam ir muito além do nível político geral.

Siqueira Campos entrou para a Escola Militar de Realengo já bacharel em letras, tendo conquistado o prêmio (afirma-se que cobiçado) "Gustavo Godoy", o qual, além do significado honorífico, valia uma caderneta da Caixa Econômica, com depósito de cinco contos de réis e uma medalha de ouro. O cadete Siqueira sabia grego. Uma tradução de Anábasis, de Xenofonte, é que lhe dera a distinção no Ginásio do Estado de São Paulo. Na Escola Militar, afora os cadernos e livros de rotina, tinha a sua pequena livraria de assuntos gerais. Gostava da lógica, da sociologia, da filosofia, como os militares da propaganda republicana. Assim, ao lado da técnica militar, começou Siqueira a interessar-se pelos problemas políticos e sociais. Abeberava-se das ciências puras. Isto explica o seu destaque na vida militar e no processo político brasileiro.

QUANDO A REVOLUÇÃO ERA QUASE RISONHA E FRANCA

Nas cinzas da revolta, iniciava-se uma nova fase da vida política do Brasil.

Determinou-a, como causa mais visível, a posição reacionária do Governo. (Em vez de processar os militares revoltosos por tentativa de coação ao livre exercício da autoridade constituída, o Poder Judiciário, sob pressão da Presidência da República, enquadrou-os por intenção de mudar violentamente a forma de Governo e a Constituição.) A lista de oficiais então vítimas do erro judiciário foi enorme, incluindo Siqueira, Eduardo, Joaquim Távora e Juarez. Veio a sentença no Natal de 1923. Uns submeteram-se. Os mais politicamente taludos tornaram-se nômades da revolução. Transformaram a sentença injusta em bandeira de um novo 5 de Julho em São Paulo, de que foi articulador Joaquim Távora (a revolta foi nominalmente chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes). Epitácio já, desde 15 de novembro de 1922, passara a Presidência da República a Artur Bernardes, que um dia me disse, num corredor da Câmara dos deputados: — "Como Presidente da República, eu fui apenas um Chefe de Polícia"

O ano de 24 seria marcado por novas lutas sangrentas. Após o 5 de Julho Paulista, no qual, num ataque ao 5o Batalhão da Força Pública, morreu Joaquim Távora, explodiram os 13 de Julho Sergipano, o 23 de Julho Amazonense, o 26 de Julho Paraense, o 29 de Outubro Gaúcho (com Siqueira na crista), além de outros pronunciamentos de menor dimensão em Pernambuco (Cleto Campelo), na Paraíba, em Mato Grosso, na baía da Guanabara (o encouraçado "São Paulo", que havia atirado contra o Forte de Copacabana, revoltou-se em novembro sob o comando de Ercolino Cascado) todos em 1924 e, já em 1925, a tentativa de tomada do 39 RI, na Praia Vermelha, no Rio. E a Coluna Prestes, cortando o Brasil interior, como uma mensagem mais alta. Todos estes fracassos somavam experiência e valores para a revolução de 3 de Outubro de 1930. Desde então, tornou-se inseparável o militar do processo político brasileiro.

No encadeamento dos fatos, a partir de 5 de julho de 1922, forma-se uma perspectiva: a perspectiva da revolução democrática burguesa que, no Brasil semi-colonial, os tenentes deflagaram. Criou-se o tenentismo, movimento que compreendia não apenas a juventude militar da época, mas também os civis progressistas, políticos, jornalistas, estudantes, professores, intelectuais, burgueses, a classe média e os trabalhadores, numa ação tumultuada, mas generosa; incompleta, deformada, mas para frente e à qual chamamos revolução democrático-burguesa, segundo o tempo brasileiro, numa área geográfica em que se agitam, em reivindicações sociais de diferentes níveis, massas humanas enormes, ansiosas de bem estar e liberdade.

Franklin
de Oliveira

Siqueira Campos

MODERNISMO E TENENTISMO

É lugar comum ligar a Semana de Arte Moderna ao surto de inconformismo político que provocou, em 1930, a derrocada da República Oligárquica. Nada mais falso. Na entanto, o mais persiste. E, porque persiste, é preciso desmontá-lo. A necessidade de pensar com clareza a história do Brasil exige essa desmistificação.

Difundiu o mito Oswald de Andrade, numa conferência em Belo Horizonte, em 1943 — quando estávamos em pleno Estado Novo. Dele se utilizou Getúlio Vargas, pois esta manipulação servia à ditadura, que buscava um endosso cultural, capaz de mostrar que suas origens estavam num movimento da própria inteligência brasileira. Aspirava legitimar-se através dessa filiação cultural. Meio século transcorrido sobre a data em que se realizou a Semana de Arte Moderna, é tempo suficiente para uma revisão histórica e o conseqüente restabelecimento da verdade. Abra-se, pois, o processo.

O Modernismo ocorreu em fevereiro de 1922. A sua grande justificativa era repensar o Brasil, passar a limpo a vida nacional. Mas, como e onde ocorreu? Em São Paulo, sob o patrocínio da aristocracia cafeeira bandeirante. Prestigiou-a o presidente do Estado, Washington Luís. Encontrou o seu porta-voz, no Correio Paulistano, órgão oficial do PRP, o partido político que agrupa em suas fileiras o que havia de mais reacionário na vida política brasileira.

Esses três fatos — na realidade, um só: patrocínio da plutocracia bandeirante — marcaram de tal forma o Modernismo que em vez de ser movimento de vanguarda, prorrompeu com o timbre do reacionarismo. É evidente que, de saída não mostrou sua verdadeira face. O escapismo foi a sua primeira máscara.

Quando eclodiu a Semana de Arte Moderna, São Paulo iniciava o seu processo de industrialização. Mas o fez sob as condições sociais mais inumanas. Basta lembrar que o operário paulista, à época, era, em sua maioria, constituído de mulheres e menores: 65% dos trabalhadores eram mulheres e, grande parte na parcela restante, de crianças de até cinco anos de idade.

A jornada de trabalho era, em média, de quatorze horas. Vigavam um sistema de multas que alcançavam um terço dos salários, não poupando sequer as crianças, que trabalhavam onze horas em serviços noturnos, com uma parada de vinte minutos, à meia-noite. Em 1917 Jorge Street, líder industrial, depondo num inquérito, declarava que a vida do operariado transcorria sob condições morais inadmissíveis. Nesse mesmo ano, o jornal O Estado de São Paulo registrava casos de espancamentos em fábricas, inclusive surras de menores.

Esse quadro social provocou, em 1917 uma greve, à qual aderiram setenta mil operários. Nessa ocasião, Oswald de Andrade, segundo depoimento de Di Cavalcanti, tenta organizar expedições punitivas contra os grevistas, para desalojá-los, à bala, das fábricas. Durante todo esse período, um intenso movimento ideológico anticapitalista empolgou São Paulo. Nada disso, — nem a realidade social, nem a realidade ideológica — sensibilizou os modernistas, adernados na patética das alienações. Áulicos da plutocracia bandeirante, viviam, segundo Mário de Andrade, numa "cínica ignorância". E o próprio Oswald de Andrade, referindo-se a esse período, declarou-se "palhaço da burguesia".

Tendo surgido em 1922 como movimento contestatório da cultura acadêmica, os modernistas não cumpriram deveres culturais elementares como refutar as doutrinas sociais então vinentes, representadas pela sociologia ricista de Oliveira Vianna e pela filosofia política ultramontana de Jackson de Figueiredo. Passa-

ram ao largo desses focos da reação, eles que se inculcavam de renovadores da vida cultural brasileira.

Também não questionaram a Independência, cujo centenário se comemorava. Não fizeram nenhuma objeção à teoria dos historiadores oficiais, que ainda hoje apresentam não como penosa conquista do povo brasileiro, mas como dádiva da Casa de Bragança.

E quando irrompeu o primeiro 5 de Julho, mantiveram-se na moita — nem uma palavra sequer de simpatia a Siqueira e Campos, Eduardo Gomes Newton Prado, Mário Carpenter, Otávio Correia e demais heróis do Forte de Copacabana. A mesma postura de indiferença foi mantida quando do segundo 5 de Julho — ignoraram Isidoro Dias Lopes, Juarez Távora e seus companheiros. Em vez do lógico ato de solidariedade ao tenentismo, o que se viu foi Oswald de Andrade escrever um poema saudando a eleição de Júlio Prestes à presidência da República. Recuando um pouco: se os modernistas ignoraram a trágica realidade social da industrialização bandeirante, ignoraram também uma data capital da história contemporânea — a da Revolução Russa. Nessa época criou-se, no Brasil, o movimento maximalista. Fundou-se o Grupo Clarté do qual participaram homens do porte de Pontes de Miranda, Leônidas de Rezende, Afonso Schmidt, Evaristo de Moraes, Nereu Rangel Pestana, Joaquim Pimenta e Luís Frederico Carpenter (se houve, neste século, um brasileiro que mereça ser considerado santo leigo, esse foi Luís Carpenter).

Os modernistas omitiram em tudo isto. Estavam atolados numa homérica alienação. E quando a abandonaram, sob a pressão dos fatos sociais — toda a década de 20 constituiu um período de intensa contestação política — foi para se dividir em dois grupos: o da direita e o da esquerda.

A direita começou com o Verde-Amarelismo, passando, depois, para a Anta. A suposta esquerda, alinhou-se, no Pau-Brasil e, depois, na Antropofagia. A Anta foi a matriz do integralismo — o berço do Sigma. Enquanto a chamada esquerda (Pau-Brasil), Antropofagia transviava-se nas contradições anarcóides de Oswald de Andrade, a direita manteve uma coerência que lhe permitiu transformar-se em fonte do fascismo pliniano e em suporte, do Estado Novo, chegando nos nossos dias à visão burocrática dos problemas sociais e à filosofia repressiva.

Que pregava a Anta? Está em seu manifesto:

1. A abolição do espírito crítico: "Convidamos a nossa geração a produzir sem discutir";

2. O Imobilismo político: "Aceitamos todas as instituições conservadoras";

3. Confiava à mentalidade conservadora os destinos do País: "É dentro delas (das instituições conservadoras) que faremos a inevitável renovação do Brasil".

Transformar os problemas políticos em questões administrativas é a característica fundamental da mentalidade conservadora. E outra coisa não queria a Anta: "O que nos interessa é a administração".

Movimento irredentista, a heroicidade foi a grande marca do tenentismo. A figura legendária de Siqueira Campos cristaliza, em grau sobre-humano, essa heroicidade. Por isso é ele, como Eduardo Gomes, símbolo do inconformismo democrático brasileiro. Mas, que aconteceu ao tenentismo que Siqueira juntara, com seu gosto lacedemônico, em 1922?

O tenentismo ultrapassou os limites da crítica jurídico-política da República Oligárquica, crítica que era o horizonte da classe média brasileira, na década de 20. Só um seguimento do movimento tenentista superou esse limite — o estrato representado pelo grupo que fez a

revolução de 23 de julho de 1924, no Amazonas, liderado por Ribeiro Júnior o qual teve a intuição da natureza econômica da miséria brasileira.

Os Princípios Básicos do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil, do Clube 3 de Outubro, defendidos na Assembléia Constituinte por Juarez Távora, e que foram submetidos à apreciação de Mário Tibúrcio Gomes Carneiro por Eduardo Gomes, refletem, com incisiva nitidez, as limitações ideológicas do tenentismo. Os tenentes só admitiam sufrágio universal direto na esfera municipal — preconizavam para as eleições estaduais e federais o voto indireto. E isto porque consideravam que o povo votava mal. Admitiam o regime presidencialista, mas com os ministros podendo ser demitidos pela Assembléia Nacional. E apesar do pressuposto de que o povo votava mal, conferiam ao eleitorado a faculdade de cassar os mandatos eletivos — o que entrava em contradição com aquele pressuposto.

O manifesto de Juarez Távora, lançado às vésperas da Revolução de 30, transferia para a Constituição a responsabilidade por todas as mazelas nacionais. E para remover "as injustiças da atual organização burguesa da sociedade", não vislumbrava outros recursos que os da reforma constitucional, quer dizer: os clássicos remédios do receituário político-jurídico liberal. Em síntese: definia todos os problemas nacionais como problemas administrativos. E ainda falava de "umas realidades de raça em formação".

Ora, o modernismo precedeu o tenentismo. A Semana ocorreu em fevereiro de 22, e a epopéia dos Dezoito do Forte em julho. Dois anos depois da Semana de Arte Moderna, irromperam o segundo 5 de Julho (1924) em São Paulo, e em outubro do mesmo ano com Prestes e Siqueira Campos, a revolução no Rio Grande do Sul. Durante oito anos, os tenentes desfraldaram a bandeira da renovação brasileira. Eram homens da luta armada, que a assumiram com magnífica bravura.

Com a revolução de 30, influíram nos destinos nacionais até 1933, quando foram tragados pelo getulismo. Parece perfeitamente justo admitir se os modernistas não tivessem sido os alienados que foram em 1922, os oportunistas de 1924 e os serviços de Júlio Prestes no fimado Bernardes, o tenentismo teria assumido outra dimensão histórica. Mas os modernistas faltaram à sua missão cultural, pelo seu comprometimento originário com a aristocracia cafeeira. Não repensaram o Brasil. Não constituíram uma inteligência autêntica. Não combateram sequer as ideologias obscurantistas de Jackson de Figueiredo, que viria a ser o censor do governo Bernardes, nem de Oliveira Vianna, que iria ser o ideólogo do corporativismo no Estado Novo.

Disfarçados em vanguarda literária, os modernistas na realidade foram uma retaguarda ideológica — a princípio escamoteada no escapismo. Depois desmascarou-se: matriz do fascismo, numa vertente, e, na outra, desempenhou o papel de esquerda anarcóide. Não determinou o surgimento do tenentismo e, quando teve chance de dar-lhe embasamento progressista, não o fez. Pelo contrário — só levou água ao moinho da direita. Não é uma opinião — é o testemunho da evidência histórica: o de uma classe intelectual que traiu os seus compromissos humanísticos, facilitando o advento de forças sociais retrógradas.

Interrogatório

Vinte anos depois da guerra, os principais acusados pelas atrocidades de Auschwitz foram julgados em Frankfur/Main. O teatrólogo Peter Weiss, que teve muitos de seus parentes trucidados pelos nazistas, acompanhou o julgamento e, de seus autos, extraiu o texto de O Interrogatório, que Fernanda Montenegro e Fernando Torres vão montar, a partir do dia 18, no Teatro Glauco Gill, numa peça-oratório em 11 cantos, descrevendo as violências dos carrascos e o comportamento de suas vítimas.



Lavando roupa suja

bc/ 29/6/72

ATUALIDADES POLITICAS / 5



JOÃO ALBERTO LEITE BARBOSA

'NÃO TENHAIS MEDO DOS HOMENS'

Do Evangelho (MT 10,26-33): "Naquele tempo disse Jesus a seus discípulos: - Não tenhais medo dos homens! Não há nada de oculto que não seja um dia revelado, nada de secreto, que não seja conhecido. O que vos digo nas trevas, dizei-o em plena luz; e aquilo que vos é dito ao ouvido, proclamai-o sobre os tetos! Não temais aqueles que matam o corpo, mas não podem matar a alma. Temei, antes, aquele que pode por a perder ao mesmo tempo a alma e o corpo na geanna".

Desde que regresssei da Europa, há cerca de um mês, que vejo crescer no mercado uma onda de intrigas, injúrias, boatos e rumores. A situação chegou a um ponto tal que julguei prudente, como o fez o BC no decorrer da semana passada, deixar de abordar problemas referentes ao mercado de capitais e em especial os que diziam respeito à Bolsa. Na quinta-feira, no entanto, tinham se registrado tantas "demissões" que não vi outra alternativa senão a de alertar as autoridades e a opinião pública para o que estava se passando, segundo a nossa compreensão.

Logo a seguir, para clarear ainda melhor os horizontes, o BC publicou um editorial no qual deixou bem definido, baseado em fatos e números, nosso ponto de vista a respeito, ressaltando, mais uma vez, as nossas preocupações com referência à guerra psicológica que se esboçava. Em resposta às apreciações que fizemos na edição de sexta-feira, registramos na coluna assinada pelo jornalista e economista João Pinheiro Neto, no Correio da Manhã de domingo último, uma mensagem que o ministro da Fazenda enviava ao mercado de um modo geral.

De início, embora respeitando o direito do jornalista de informar e opinar, estranhámos que o ministro da Fazenda tivesse se utilizado de um jovem político preso e cassado pela revolução para se comunicar com a opinião pública. Daí termos silenciado ao que foi dito. Ontem, no entanto, na mesma coluna, sob o título "Cabeças rolantes", está ali um número maior de ameaças, inclusive aos "ARAUTOS TRADICIONAIS" dos grupos poderosos. As ameaças contidas no comentário coincidem com as palavras com que o

ministro da Fazenda, na terça-feira, analisava com um de nossos amigos a posição do BC. Logo, não havia outra alternativa. A ameaça dirige-se a nós, deste jornal.

Nada temos a mudar do que já foi dito e repetido. O que estranhámos é o fato de que, servindo à política do governo, sejamos surpreendidos com ameaças indiretas. Desejaríamos que, quem quer que fosse, tentasse desmentir os fatos e números por nós publicados na segunda-feira. Quanto à circunstância de que alguém explorou alguém, o que não é uma realidade, poderíamos citar, como exemplo, que o próprio sr. João Pinheiro Neto, no pique de alta, foi um beneficiário da situação, tanto que ele e quase toda sua família venderam ações que lhes pertenciam a um preço cerca de três vezes superior às cotações de hoje.

Como fizemos sentir em nosso editorial anterior, seria impossível jogar a responsabilidade da crise que envolve a Bolsa sobre qualquer pessoa; autoridade ou entidade, isoladamente. Todo mundo, indistintamente, foi apanhado de surpresa e registrou maiores perdas do que ganhos.

Respeitamos, no entanto, a autoridade do ministro da Fazenda. Ele comanda o sistema financeiro e tributário, duas forças tão poderosas quanto as próprias Forças Armadas. Temos a consciência tranqüila de termos cumprido bem nossa tarefa. Logo, nada tememos. O que não aceitamos e não podemos realmente aceitar é a maneira como o problema está sendo colocado.

Alguma coisa está ocorrendo que não tem sido trazido ao conhecimento público de forma

direta, mas confiamos, como disse Jesus, que "não há nada oculto que não seja um dia revelado, nada de secreto que não seja conhecido". Quando soubermos exatamente o que se passou, então, poderemos aprofundar melhor a nossa análise.

Esperamos e confiamos que o governo mantenha a atual política econômico-financeira e procure, como tem continuamente afirmado, graduar a ação revolucionária de modo a que, no menor espaço de tempo possível, possa o Brasil superar a fase de mediocridade, da intriga e dos boatos, elementos naturais de um estágio de subdesenvolvimento.

De modo algum mudaremos nossa posição. Ela continuará a ser a mesma, tanto em relação ao governo como em relação à sua política. Não vemos motivo para mudar. Ao contrário do que muitos estão apregoando, tentando negar a evidência dos fatos, nós sempre proclamamos o êxito econômico do país. Se não tem sido possível uma relação mais justa entre esse êxito e o comportamento da Bolsa é porque fatores diversos estão influyendo para evitar a recuperação do mercado.

Não procuramos apoio nem solidariedade. Desejamos apenas dizer a todos que nos distinguem com sua atenção e a leitura do BC, de nossa confiança na ação do governo. Temos sido leais às causas justas e nobres, pugnano constantemente pela renovação dos métodos e valores, tanto no campo econômico quanto social. Continuaremos, sem medo, a nossa tarefa. Felizmente, Deus poupou-me do sentimento do medo.

O príncipe Gilberto

Vocês conhecem a história do príncipe que perdeu o palácio e passou a brigar para lhe deixarem ao menos a estrebaria do reino? Pois aconteceu de novo em Minas. Em Minas sempre acontecem coisas estranhas, que a gente só sabia de livros de reinos e príncipes.

Gilberto Faria era presidente do Banco da Lavoura de Minas Gerais, herdado do pai, Clemente Faria, que criou o banco e o fez o maior do País. Mas Gilberto fez tanta tolice, que levou o Lavoura à beira do abismo. Aloísio Faria, irmão de Gilberto, reuniu os demais diretores, analisaram a calamidade da situação e decidiram por unanimidade afastar Gilberto da presidência. Por incompetência. Por absoluta incapacidade de direção. Por cuca vazia.

Demitido, Gilberto passou dois anos como a mãe de São Pedro, zanzando por aí, entre o céu e o inferno, chorando nos escritórios dos advogados, engordando com os chopes de Ipanema e dirigindo automóvel para os amigos, que é a única coisa que parece que sabe fazer, com alguma competência.

Os amigos entrevistaram, Aloísio ficou com pena, dividiu o reino. Ficou com o palácio, que era o Banco da Lavoura (mudou o nome para Banco Real), e deu a Gilberto a casa dos vassalões: o pequeno Bandeirantes, um tamborete filial do Lavoura.

Mas Gilberto não era ruim de serviço só no Lavoura. Também no Bandeirantes. As coisas começaram a complicar-se, os diretores de São Paulo passaram a desentender-se com ele, pois estão vendo que o rapaz, filho do doutor Clemente, não é de coisa nenhuma. A crise foi engrossando, Gilberto sentiu o chão ficar falso, anda com medo de perder também o Bandeirantes, resolveu garantir ao menos a estrebaria do reino: entrou na Justiça do Trabalho pedindo ao irmão uma indenização de um bilhão e meio, e a garantia do emprego de subgerente que exerceu durante muitos anos. Era uma ação traba-

lhistia inacreditável, jamais havida em qualquer lugar do mundo: um banqueiro entra com uma ação judicial para assegurar o emprego de subgerente em um banco do qual tinha sido presidente, sendo ele presidente de outro.

Pois o Tribunal da Justiça do Trabalho de Minas decidiu com total sabedoria: não deu a indenização a Gilberto, porque ele não tinha sido demitido da subgerência e sim da presidência; e manteve o emprego de subgerente para Gilberto reassumir quando quiser. Ou quando precisar, porque os juizes mineiros conhecem Gilberto de longa data e sabem que mais dia menos dia os diretores do Bandeirantes vão compreender o que o irmão e os diretores do Lavoura compreenderam: que o rapaz de doutor Clemente é muito ruim de serviço.

Agora, uma pergunta inocente: o Banco Central pode permitir que seja presidente de banco, mesmo de um banco pequeno como o Bandeirantes, alguém que, sendo presidente, vai à justiça para manter um lugar de subgerente? Porque, de duas uma: ou a situação de Gilberto Faria na presidência do Bandeirantes está mesmo insustentável, como se diz e os jornais publicaram, e neste caso ele quer assegurar o emprego de subgerente no Banco Real (ex-Lavoura) para qualquer eventualidade; ou então ele está de cuca fundida com psicose de perseguição, achando infundadamente que os diretores do Bandeirantes lhe vão dar um golpe e para isso agarrar-se à idéia da subgerência como meio de se libertar da lembrança dos tempos em que, não dando para outra coisa, se fez motorista dos amigos.

Uma ou outra que seja a hipótese verdadeira, é incrível consentir que um homem de tal pobreza mental e insegurança moral viva a lidar com o dinheiro do público. Porque príncipe que não sabe perder o palácio, acaba na estrebaria.

Teocracia

Américo Deus Tomaz, presidente de Portugal, vai ser mais uma vez reeleito. Também com esse nome!

Alegria e tristeza

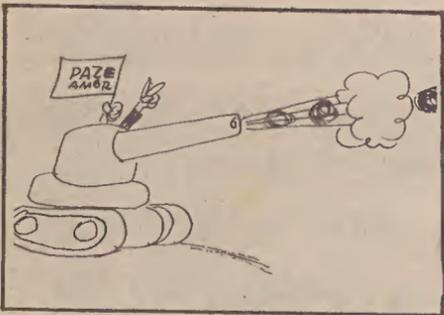
O pessoal de São Paulo, principalmente o ligado à Bolsa de Valores, está um pouco chateado com a saída do João Osório de Oliveira Germano, mesmo sabendo que ela representa a possibilidade de uma modificação estrutural que venha trazer benefícios sem conta para os investidores, assustados e afastados com os últimos insucessos.

Já na Guanabara, no fim da tarde de quinta-feira passada, o pessoal estava vibrando. Porque o Marcelo Leite Barbosa sairia, oficialmente, da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. E isto porque ninguém conseguira entender como ele dera um pulo daqueles. Era o chamado homem errado no lugar errado.

Theóphilo, o do dedobol

Dedobol é a nova paixão do pessoal que freqüenta a praia de Ipanema, em frente ao Country Clube. O jogo consiste em tacar uma bola de pingue-pongue com o dedo em direção a um copo, a determinada distância, com a finalidade de encestá-la. Sábado passado houve o primeiro torneio de dedobol, sagrando-se campeão o Theóphilo de Azeredo Santos.

Agora, o presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, e o homem que maior quantidade de cargos acumula no Brasil, vai ter uma nova presidência com que se preocupar. Vai ser criada a Federação Brasileira de Dedobol, da qual ele será presidente. Tranqüilo, tranqüilo...



Amor de apache

O Globo e o Jornal do Brasil resolveram esticar a semana, agora a semana para eles é de sete dias. O JB, inexplicavelmente, em sua edição de domingo resolveu publicar página dupla alusiva ao fato, com dois jornais em forma de cartucho o próprio JB e O Globo. Na coluna Gente uma fotografia de Roberto Marinho e um texto superbajulativo. O Globo ignorou o JB. Em sua edição de domingo, nenhuma alusão ao JB. Amor com amor se paga, mas o Marinho não atentou para o sacrifício da Condessa.

Uma questão geográfica

Do Caderno Econômico do Jornal do Brasil, de domingo 2/7, numa bem apresentada matéria sobre distribuição de renda, em que são tomadas opiniões do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e dos senadores Franco Montoro (MDB) e José Sarney (ARENA):

"A Federação Internacional dos Sindicatos de Pessoal de Serviços Públicos, entidade filiada à Confederação Mundial do Trabalho, pesquisou os salários brutos mensais, pagos em 1970 na Europa. A pesquisa revelou o seguinte (no atual valor do cruzeiro): em Portugal, o salário médio foi de Cr\$ 478,40; Espanha, Cr\$ 736,00; **Japão**, Cr\$ 1.177,60; Áustria, Cr\$ 1.398,40; França, Cr\$ 1.600,00; Bélgica, Cr\$ 1.840,00; Suíça Cr\$ 1.932,00; Inglaterra, Cr\$ 1.950,00; Países Baixos, Cr\$ 2.042,40; Alemanha Ocidental, Cr\$ 2.143,60; Suécia, Cr\$ 2.796,00; Dinamarca, Cr\$ 2.833,60; **Estados Unidos**. Cr\$ 3.238,40; Países do Leste: Romênia, Cr\$ 478,40; Bulgária, Cr\$ 607,20;

Hungria, Cr\$ 745,20; Polônia, Cr\$ 828,00; URSS, Cr\$ 846,40; Iugoslávia, Cr\$ 947,60; Checoslováquia, Cr\$ 1.030,40, e Alemanha Oriental, Cr\$ 1.273,28."

Os grifos do Japão e Estados Unidos são nossos. O trabalho é bom, só que estranhamos a inclusão do Japão e dos Estados Unidos entre os países da Europa. A geografia do JB é diferente da de todo o mundo.

Uma questão de direito

José Kalil, comendador de direito, por decreto de 12 de abril de 1972, do "Exmo. Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Medici", agraciado com a comenda da Ordem de Rio Branco, veio a público protestar contra pessoas homônimas de outras localidades (ele é de São Paulo) que além de confusão lhe têm causado sérios aborrecimentos, e por causa disso, através de "DECLARAÇÃO" feita à praça, avisa que a partir de 28 de junho de 1972 passará a assinar-se Comendador José Kalil.

José Kalil, filho de Jorge Kalil e dona Latife

Karan Kalil, C (k) omemador de fato e de direito, está sentindo na carne o problema enfocado em POLITIKA no número passado por Edmar Morel. Ele é de fato Comendador, pode ostentar o título, mas seus homônimos estão fazendo dele uso indébito, e os não homônimos de José Kalil que não conseguem as boas graças do governo para serem agraciados com comendas, simplesmente as compram. Uma comenda dá muita importância, tanto assim que o banqueiro e industrial José Kalil agora só se assina COMENDADOR.

O pecado do milagre

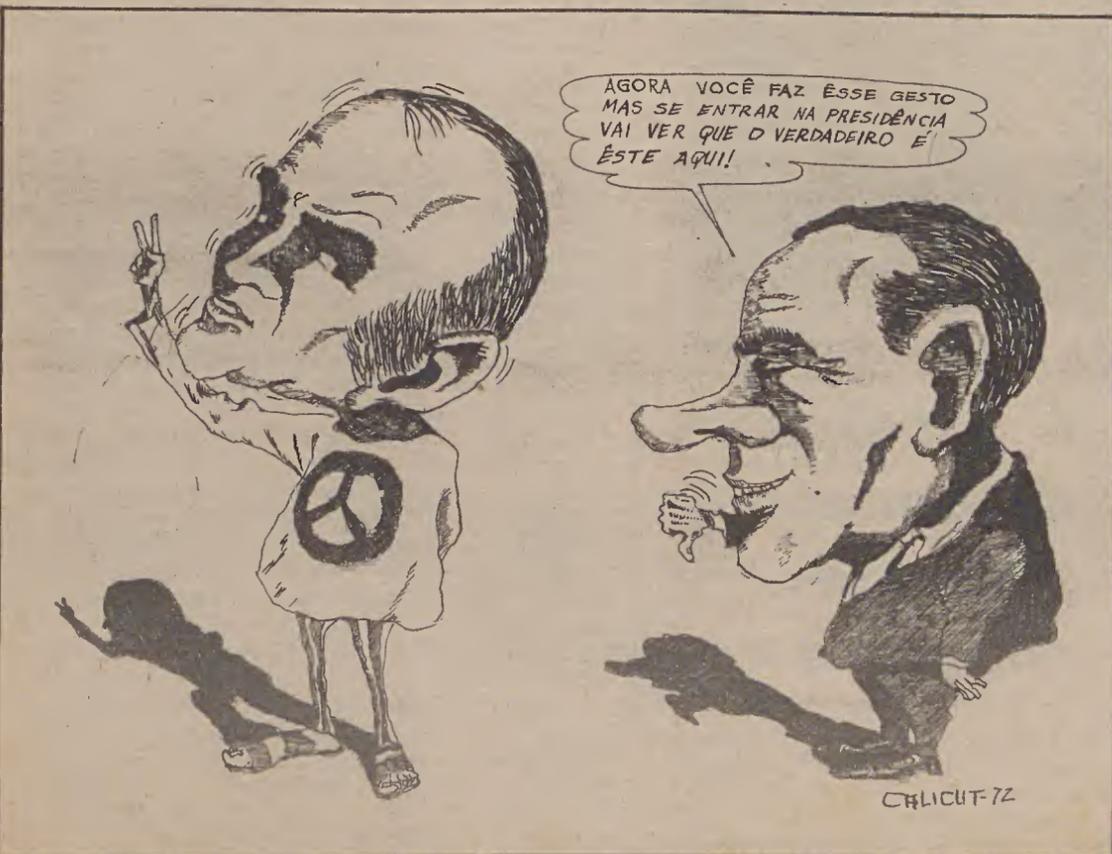
"O milagre econômico espanhol teve uma série de conseqüências, entre as quais o surgimento, nas grandes cidades, de uma nova profissão, ou seja, a das bar-girls ou, como se diz na linguagem popular, a das chicas de barra".

Quem diz isto é José Antonio Novais, correspondente do "Estado de São Paulo" em Madri. É a primeira vez que a gente vê milagre fabricando prostituição.

Ainda bem que o nosso está levando todo mundo para o céu...



CALICUT-72



CALICUT-72

Pedro e a Bastilha



O ex-vice-presidente Pedro Aleixo vai começar tudo de novo. Armaram uma arapuca legal contra o PDR (Partido Democrático Republicano), contaram tempo retroativamente, a-

nularam as coletas de assinaturas, tudo para ver se o velho advogado de 73 anos desistia da questão.

Mas ele aprendeu nos tribunais de Minas que a arma da vitória, no júri e na vida, é a paciência. Quando todo mundo parece desistir é que é a hora de investir. Por isso ele volta. Vai de novo lançar o Manifesto, para usar o tempo integral concedido pela legislação.

E, sem nenhuma malícia, escolheu a data: 14 de julho. Por acaso, dia da Queda da Bastilha.

Só a liberdade cria valores estáveis no mundo moral e nas realizações materiais de que dependem o bem-estar e o desenvolvimento de um povo

A Editoria

A FESTA DO HERÓI E O CANTO LIVRE DA LIBERDADE

O CONGRESSO NACIONAL REUNIU-SE, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, PARA HOMENAGEAR O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES E, NELE, A MEMÓRIA DOS JOVENS HERÓIS QUE TOMBARAM NO 5 DE JULHO DE 1922, LUTANDO POR UMA PÁTRIA MAIS INDEPENDENTE E MAIS LIVRE. PELO SENADO, FALOU O SENADOR MAGALHÃES PINTO, DA ARENA. PELA CÂMARA, O DEPUTADO HENRIQUE ALVES, DO MDB. EDUARDO GOMES AGRADECEU. OS TRÊS PRONUNCIAMENTOS SÃO UM RETRATO DESSES 50 ANOS DE LUTAS NACIONAIS PELA LIBERDADE E PELA INDEPENDÊNCIA.



EDUARDO GOMES
Prêmio a quem consagrou a existência à Nação

"Bem sei, senhores parlamentares, que a presente homenagem, em tudo excepcional, não se dirige ao cidadão e ao soldado a quem concedeis a honra de falar neste recinto.

Reunirem-se em sessão solene as duas Casas do Congresso para, em comemoração especial, exprimir um dos poderes soberanos da União o sentimento comum dos seus membros na evocação e na análise de fatos incorporados à nossa história política; ouvir-se a voz autorizada dos representantes dos Estados e dos mandatários do povo, uns e outros órgãos da vontade nacional; confraternizarem-se os Partidos na mesma exaltação generosa — tudo indica a verdadeira significação deste ato cívico, em memória de militares idealistas e inconformados que sacrificaram a vida para exemplo de repúdio e reação aos erros acumulados na decadência da 1a. República.

Se esse preito obedeceu a um impulso de justiça que enaltece os vossos propósitos, não foi justiça e sim benevolência o que inspirou vossos insígnos oradores — o Senador Magalhães Pinto e o Deputado Célio Borja — e Deputado Henrique Alves em relação ao modesto concurso que a Providência me consentiu prestar, na carreira das armas e fora dela, aos superiores interesses do País e da democracia.

Só vos direi, ao peso dos anos, que espero concluí-los com a mesma devoção aos princípios que me nortearam desde o começo. Persisto em crer que só a liberdade cria valores estáveis no mundo moral e nas realizações materiais de que dependem o bem-estar e o desenvolvimento de um povo. Cada vez mais me capacito de que só a educação redime, orienta e comanda, e confio que, ao influxo dela, as novas gerações, leais à Pátria e ao seu destino, velarão tanto mais pela paz interna e pela segurança do País quanto mais o amor dele e de suas tradições as preparar contra as surpresas e as insídias de ideologias incompatíveis com o caráter e o sentimento dos brasileiros.

Ao retribuir, em igual medida de afeição, as provas de estima que me são dadas, confesso, profundamente agradecido, que as recebo como inesperado prêmio à fé e à constância de quem humildemente consagrou toda a existência ao serviço da Nação."



MAGALHÃES PINTO
A República deformada pelo poder oligárquico

"Há 50 anos, em 5 de julho de 1922, um ato heróico desencadeava o movimento de redenção da República. Hoje colhemos os frutos daquele gesto de um grupo de bravos, cujos nomes estão inscritos na gratidão do povo brasileiro. E hoje o Congresso Nacional se reúne para homenagear, na pessoa do único sobrevivente daquela "arrancada radiante", o generoso idealismo dos que não

hesitaram em oferecer à causa a própria vida.

Eduardo Gomes aqui está presente não só por si, mas por todos quantos compartilharam da glória que assinala a vida dos heróis. Com ele aqui estão, simbolizados e representados na sua pessoa, Siqueira Campos, Newton Prado, Mário Carpenter, Otávio Correia e aqueles poucos outros que derramaram o seu sangue nas areias de Copacabana. Com ele aqui estão também os bravos do segundo 5 de julho, os que em São Paulo deram ressonância e amplitude à justa rebeldia contra a República deformada pelo poder oligárquico — Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Djalma Dutra, Joaquim Távora e Juarez Távora, cuja presença é motivo de júbilo e honra para esta Casa. Aos quais se juntara Eduardo Gomes na coerência da sua solidariedade à luta pela renovação do Brasil.

Eduardo Gomes os representa e simboliza a todos, aos mortos e aos vivos, pois lhe coube dar, ao longo da sua vida, o testemunho do idealismo nunca desmentido e a prova do desprendimento em relação a tudo o que não lhe fosse o bem da Pátria. O Brasil teve a felicidade de ver a evolução serena do jovem herói, que amadureceu para o exercício de graves tarefas sem jamais perder a energia e as sagradas inspirações do patriotismo.

Ele tem sido ao longo de muitas décadas o mesmo destemido de 1922, lutando quando a luta se oferece como a alternativa necessária e trabalhando quando se criam condições para o operoso labor dos homens de bem. Ele esteve presente em 1930, em 1932, em 1935, em 1938, sempre que pode por sua lealdade de soldado a serviço das instituições livres. Em 1945, Eduardo Gomes não hesitou em jogar sua legenda de herói e seu crescente prestígio de chefe militar na liderança de um movimento que iria suprimir uma longa experiência ditatorial. Sustentou um ato revolucionário, aceitando sua candidatura a Presidente da República, quando as eleições sequer estavam marcadas.

Candidato de um movimento de redemocratização, pôs, como é de sua índole e do seu caráter, a ênfase da campanha na pregação cívica, no esforço pedagógico de reimplantar na consciência nacional valores que dela se tentara varrer. Ele não lutou pela Presidência mas pela vitória de uma causa à qual tem servido sempre. No dizer de Prado Kelly, a condição única posta pelo candidato à sua indicação foi a formação de um "ambiente de liberdade e garantia para o funcionamento do regime representativo".

A cruzada democrática prosseguiria em 1950, no mesmo nível e na mesma base. Convocado pelo Partido a que emprestara seu nome, voltou o Brigadeiro à praça pública e aos amplos auditórios para dizer que sua fé no Brasil e nos seus homens lhe confirmara "na convicção de que o sistema democrático está para sempre em nossa terra, quaisquer que sejam as crises internas e os próprios fatos da política exterior".

A festa do herói e o canto livre da liberdade

Os que se agarraram ao poder imperial morreram nos livros das bibliotecas empoeiradas. Um amigo do imperador foi quem proclamou a República



HENRIQUE ALVES
Pregado na farda um pedaço da bandeira

Essa é a grande e invencível força dos movimentos libertários: os ideais que os inspiram não morrem nas lousas frias dos cemitérios que guardam as cinzas dos seus heróis. Pouco importa que momentaneamente triunfem ou sejam derrotados. Pouco importa que, os que a eles sobrevivem, paguem caro, nas masmorras ou no exílio, o preço de sua audácia ao afrontar a arrogância do poder.

Um dia, vivos ou mortos, eles são chamados aos altares da consagração popular.

Temos, neste ano, exemplo que a muitos deve suscitar meditação: ao debruçar-se a Nação sobre os seus primeiros 150 anos de vida soberana, entre aspirações, lutas, sacrifícios, vitórias, derrotas, pobreza, fome, trabalho, progresso, todo um conjunto de vida e de História, não foram os que se acomodaram, transigiram, adulteraram, delataram, perseguiram, odiaram, traíram, os que o povo chamou para reconhecê-los no seu amor e na sua gratidão: foi Pedro I, que teve a coragem de romper os vínculos da submissão ao estrangeiro; foi José Bonifácio que pacientemente construiu a doutrina da Independência. Foi Tiradentes que, humilde, enfrentou os poderosos e morreu para que a sua Pátria vivesse livre.

Neste século e meio, o Brasil enfrentou as crises próprias do seu desenvolvimento. E, embora soberano, amando o Imperador tranqüilo e paternal, grato à Princesa que corajosamente apagara de nossa História a mancha da escravidão, sonhou que realizaria melhor na República os seus inquietos anseios de liberdade. Os que se agarraram ao poder imperial morreram nos livros das bibliotecas empoeiradas. O nome que ilumina as páginas da história republicana é o daquele soldado que, embora amigo do Imperador, exercendo o mais alto posto das Forças Armadas, e, depois, até mesmo o mais alto posto do País, não se consagrou por essa vida inteira ou pela merecida realização profissional, e, sim, por aquele impetuoso gesto que o tornou o Proclamador da República.

Mas, período a período, entre crises e erros que corroíam, sob a égide de uma Constituição teoricamente transplantada para a realidade brasileira, logo se verificou que a República não alterara a substância de nossa vida política. Os homens mudaram de partido, os partidos mudaram de rótulos, mas os costumes eram os mesmos, a tal ponto de Oliveira Viana viria a assinalar: "Não valia muito a pena deixar o Império com todos os seus vícios, com todas as suas calamidades, para irmos iniciar francamente, sob o regime republicano, uma das mais graves pestes imperiais: as candidaturas oficiais, as candidaturas protegidas pelo governo";

As eleições eram simulacros da vontade popular. O voto a descoberto subtraía aos eleitores o direito da escolha livre de coação. E onde a coragem de muitos brasileiros dava aos candidatos opositoristas a recompensa da vitória, entre perseguições de toda sorte, ela era simplesmente esmagada pelos "reconhecimentos" do Congresso submisso às ordens do poder central.

O regime tomara-se apenas uma forma de dominação ilegítima de grupos oligarcas. Há um depoimento que Hélio Silva

recolheu do Marechal Setembrino de Carvalho, ex-ministro da Guerra, que vale ser lembrado:

"Eu vi, muitas vezes, a espontânea subserviência com que os governadores de Estado, os chefes de partido e os Congressistas abdicavam de sua autonomia e de sua independência, renunciando integralmente ao direito de deliberar, só para serem agradáveis ao Presidente da República. Durante o tempo em que fiz parte do Governo, testemunhei este fato sintomático: nunca nenhum Estado escolheu seu Presidente ou os seus representantes no Congresso sem pedir ao Chefe do Governo da República, não apenas uma palavra de conselho, mas a palavra de ordem. Abdicando de sua autonomia, os Estados pediam ao Presidente da República que lhes indicassem os nomes dos homens que deviam dirigi-los."

Desmoralizada a República nas bases essenciais da representação, não tardou que, a esse quadro, se acrescentasse outro fator de inquietação e de revolta: a utilização do Exército como instrumento nas mãos dos políticos.

O caso de Pernambuco precipitou os acontecimentos: a Guarnição pusera-se a serviço do Governo Federal no domínio aos seus adversários. Atendendo a apelo da oficialidade, o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente do Clube Militar, protestou em enérgico telegrama contra aquela situação que colocava "nosso glorioso Exército" na "odiosa posição de algos do povo pernambucano", e concitou o seu comandante, em nome do patriotismo e zelo "pela perpetuidade do amor ao Exército ao povo de nossa terra" a não esquecer que "as instituições políticas passam e o Exército fica".

Ao protesto do Clube Militar, seguiu-se a prisão do seu Presidente, Marechal Hermes da Fonseca. Foi o estopim do movimento revolucionário, que, falhando em vários pontos antes articulados, realçou, na grandeza do seu isolamento, a marcha para a morte e para a glória de tenentes e soldados do Forte de Copacabana.

Sr. Presidente: poucos nos separam do meio século daquela tarde que surpreendeu a cidade do Rio de Janeiro: um punhado de soldados, tendo à sua frente três tenentes, saiu pelas ruas para enfrentar as forças organizadas do poder legal. Antes, o gesto generoso: a missão seria de sacrifício e quem quisesse deixar o Forte tinha plena liberdade de fazê-lo, sem humilhação. Duas centenas renunciaram à luta. Ficaram 20, e destes, ao começo da jornada sangrenta, alguns fraquejaram. Contra os que ficaram para morrer, quase tudo: o Governo Federal, sob a direção de um homem voluntarioso, forte, cômico de sua autoridade. Ao seu lado, as forças de terra e mar, a estrutura civil do poder político e do poder econômico, e o próprio povo ainda não despertado para a degradação das instituições nacionais.

No desesperado itinerário surgiram apenas mínimos apoios solitários: uma mulher anônima que lhe serviu água para amenizar a sede ante o sol inclemente da tarde; a companhia inesperada e emocional de um civil, Otávio Correa, que a eles se agregou como representante espontâneo do povo; e pregado na farda um pedaço da bandeira do Brasil, momentos antes cortada a navalha e dividida comunitariamente para que, silenciados pela morte, todos pudessem saber as inspirações do derradeiro gesto.

Uma hora depois, um a um, todos tombaram. E não se há de esquecer que os que não morreram, tiveram, nos leitos do hospital, a visita pessoal do Presidente da República a cuja autoridade haviam afrontado, porque, naquele momento, maior do que ele, do que sua alta magistratura, e, reconhecemos, maior até mesmo do que seu gesto de inescondível superioridade, era a presença de jovens capazes de doar a sua vida para que o povo alcançasse a liberdade.

É possível que os vitoriosos daquele momento se tenham inflado de orgulho no delírio do poder incontrastado. E, quem sabe: devem ter julgado, com desdém ou com pena, quão inútil havia sido o sacrifício daqueles jovens desgarrados da disciplina e da ordem.

Muitos viveram, entretanto, para aprender, por eles mesmos, esta lição: quem pejeja pela liberdade não morre, transfere a outros a chama que não se apaga nas mãos caídas.

Pois, nem a saudade dos que, em 22, saíram da praia para o cemitério; nem a prepotência dos que triunfaram, e durante anos, encarceraram e perseguiram os que sobreviveram, ou os que substituíram os que morreram; nem a aparente força da estrutura social, econômica e política vigente, impediram que outros se levantassem, em 24, em 26, até a vitória, em 1930, de alguns dos seus ideais.

Mas, há outras lições que a História recolhe: o ideal da liberdade ultrapassa aos homens e aos tempos!

O Presidente Artur Bernardes assumiu o Governo no rescaldo dessa inquietação militar. Tratou firme e duramente seus opositores. Manteve dezenas deles encarcerados e deportados. Mas, dessa inquietação militar. Tratou firme e duramente seus opositores. Manteve dezenas deles encarcerados e deportados. Mas, isto não impediu que, sete anos depois, ordenante e vítimas estivessem alinhados nas mesmas fronteiras, reclamando pelas armas, em 30, a vitória da representação e da justiça esbultada nas eleições presidenciais. Nem que, em 1945, quando o único soldado sobrevivente no Forte de Copacabana, Brigadeiro Eduardo Gomes, se candidatasse à Presidência da República, tivesse a seu lado, como um dos líderes da campanha, o mesmo Presidente que, menos de um quarto de século antes, o mantivera encarcerado, e contra cuja eleição ele se levantara, de armas nas mãos, e deixara, na praia de Copacabana, o próprio sangue.

Um outro exemplo podemos recolher no tempo e nas posições assumidas: tanto em 45 como em 50, o herói daquele 5 de julho se dirigiu diretamente ao povo para lhe pedir o voto, reafirmando a fidelidade aos ideais de 22 e reconhecendo que seu mandato só se legitimaria com a soberana manifestação popular.

Sr. Presidente, há poucos dias o Brigadeiro Eduardo Gomes participava da comunhão eucarística, em meio ao ofício religioso pela alma da esposa do Presidente Bernardes.

Por quem rezava o soldado envelhecido e legendário? Pelos outros - seus companheiros - que viu morrer, em 22, na luta cruenta para impedir a eleição daquele Presidente? Por tantos outros - seus companheiros de prisão - que nos anos seguintes, viu morrer sonhando pela liberdade? Pela alma do próprio Presidente que, anos depois, com ele, lutou pelos mesmos ideais de restauração democrática? Por ele próprio, em ação de graças a Deus que o conservou vivo para dar o testemunho de suas aspirações, de sua coragem, de seus erros, de suas esperanças?

Quem pode saber? Naquela presença interior e quieta qualquer curiosidade é impenetrável. Mas, há nela, na sua unção silenciosa, algo de explicável, de lúcido, de evidente, de exemplar, de imperioso, de incontestável: se o rebelado de 22 juntou seu ombro, em 30, ao daquele contra quem se revoltou; se o poderoso de 24 apoiou e lutou em 45 para fazer da vítima um dos seus sucessores na honrosa seqüência da vida republicana; se, na nave acolhedora da Igreja, os pés que caíram feridos na praia, em 22, caminharam, embora já cansados pela idade, para a Mesa da comunhão do amor, a face de Deus, e esquecidos agravos, sangue e ódios que os separavam há meio século, não é porque a vida dos homens seja um cenário de máscaras que se renovam ou contracenam. Antes, todos esses episódios devem constituir uma advertência, severa advertência, profunda advertência:

- aos que, em qualquer tempo, exercerem o poder triunfante e negarem ao povo as liberdades essenciais;

- aos que repetirem, no tempo, os erros, as injustiças, as crueldades do passado, em nome das aparências da ordem;

- aos que procurarem pela agitação irresponsável e destrutiva dividir os brasileiros e tentarem fazê-los esquecer dos sacrifícios e das perdas do passado, importando apenas uma luta permanente por objetivos obscuros;

- aos que se supuserem com o privilégio de dividir irmãos entre os que hão de merecer o amor da pátria e os que não terão a graça de sorvê-lo como o leite da ternura comum;

- aos que vierem a subtrair do poder a sua alta função de bem servir a todos, pensando transformá-lo num pelourinho em que, sem defesa, venham a ser punidos os que acreditarem na democracia como a única forma de viver dignamente num país soberano e feliz;

seja-nos permitido - humilde voz de uma geração nova e perplexa que madrega para a vida pública, apagando na alma cicatrizes e iluminando, nela, pacientemente, ainda, algumas esperanças - dizer-lhes com o livro aberto do meio século de vida brasileira - seus sonhos, suas rebeldias, seu sangue, sua vocação democrática, sua força estuante e invencível - esta última lição: no coração do povo e no respeito da posteridade, somente se eternizam, para honra e glória das gerações que se sucedem, os que lutam e sofrem para servir à democracia e à liberdade!

Esta, Senhor Brigadeiro Eduardo Gomes, é mais uma palavra da Câmara dos Deputados.



Ademar de Barros

Sebastião
Nery

O GOSTO DO PODER

1

Em janeiro de 1964, Aliomar Baleeiro foi a São Paulo conversar com Ademar de Barros. Estava fiando a teia contra Jango. Ademar lhe mostrou que tinha instrumentos de briga e disse que topava a briga para derrubar Jango.

Voltou e foi aos generais Castelo Branco e Ademar de Queiroz:

- Como está o Admar?
- Firme conosco.
- Ótimo.
- Nosso problema agora é ter o sucessor de Jango.

Castelo ficou olhando para o tapete:
- Ainda é cedo para pensar nisso. Desenvolvam apenas a batalha parlamentar, porque do episódio militar cuidamos nós.

Ademar de Queiroz concordou:

- Fiquem os políticos tranquilos. A desordem é mais nossa do que dos civis. Continuem as denúncias das tribunas parlamentares.

Baleeiro olhou bem para Castelo e falou compassadamente, com seu agressivo sotaque baiano:

- O que nós devemos considerar, general, é que a Presidência é muito sedutora. Todos que chegam lá não querem mais sair. Quero dizer ao senhor que, chegando lá em nome de todos nós, o senhor nunca admita a idéia de ficar, porque isto seria muito grave, como sempre foi em toda história republicana.

Castelo enrubescou e não disse nada. Continuou olhando para a ponta do tapete:

- Os senhores cuidem da batalha parlamentar, que o problema militar é nosso.

Em 1965, Castelo Presidente, toca o telefone em casa de Aliomar Baleeiro. Do outro lado da linha, uma voz que não era freqüente no fio de Baleeiro:

- É o deputado Baleeiro? Aqui, é o presidente Castelo Branco.

- Pois não, presidente.

- Deputado Baleeiro, peço ao senhor que veja com atenção o discurso que vou pronunciar hoje na homenagem que receberei dos meus colegas de turma do Colégio Militar. O senhor verá que não me esqueci das suas observações na conversa que tivemos, na presença do general Ademar de Queiroz, sobre a inconveniência da continuidade de presidentes no Poder.

Na época, Daniel Krieger, João Agripino e Paulo Sarazate já preparavam a prorrogação do mandato de Castelo.

2

O ministro Vilas Boas, ex-presidente do Supremo Tribunal, era estudante e telegrafista em Belo Horizonte, em 1922. No dia 5 de julho, foi trabalhar bem cedo. Encontrou sua sala ocupada por forças militares. Mas o bom ouvido de bom profissional lhe permitiu compreender as mensagens que um oficial-telegrafista, trancado na sala, recebia do Rio.

Vilas-Boas correu à Faculdade de Direito, chamou Milton Campos. Pedro Aleixo e José Maria Alkim, seus côlegas, e contou que havia estourado uma rebelião da juventude militar no Forte de Copacabana e no Colégio Militar.

Foi uma festa na Faculdade. Eram todos antibernardistas. Enquanto, no Rio, Copacabana acordava assustada com os tiros do Forte, sem saber o que havia, os universitários mineiros já comemoravam, madrugando na liberdade.

3

A grande marca política do ex-governador João Agripino, para cumprir o destino que cumpriu na vida pública brasileira, não foi o talento nem a estrutura intelectual. E também não foi, como seu coestaduano José Américo, a bravura. Tem tudo isso, mas não na medida da escalada biográfica.

O segredo de João Agripino é que tem faro de bicho. Ninguém, como ele, conhece os caminhos para chegar aos objetivos. Por exemplo: como é que foi ministro de Jânio? Como é que chegou pessoalmente a Jânio?

Era o líder da UDN, mas o Presidente mal o conhecia. Sabia que Pedroso Horta não gostava dele. Que Quitaniha Ribeiro não era homem de acesso fácil. E, na UDN, não era do esquema que José Aparecido de Oliveira liderava — a "Bossa Nova". E os três compunham a porta tríplice para Jânio.

Quando Jânio voltou da Europa, presidente eleito, para compor o ministério, João baixou em São Paulo e montou barraca na casa de Roberto Selmi Dei, o homem dos moinhos paulistas, amigo de Jânio. E começou a dizer do desastre de que estava ameaçado o governo de Jânio. Fez-se o profeta de catástrofe. Argumento final: estava disposto a sair do País porque não queria ser responsabilizado pelo que sabia que ia acontecer.

Em meio às profecias apocalípticas, jogava de tira-gosto a sua querida Paraíba, que desde Epitácio Pessoa tinha uma presença marcante nos altos destinos da República: José Américo no ministério de Getúlio, Samuel Duarte na presidência da Câmara Federal, Fernando Nóbrega no ministério de Juscelino, Abelardo Jurema na liderança do governo Kubitschek.

Um dia, alguém imaginou a solução: Agripino iria ser embaixador em Portugal. Outro lugar não dava, porque só falava português. Nem sequer espanhol, senão ficaria melhor no Paraguai. Mas João tem faro de bicho, sabe as trilhas da toca do Poder. Pelas mãos de Selmi Dei, chegou a Jânio e ao ministério de Minas e Energia. Que de direito lhe cabia, direito etimológico: muito suou para limpar a vereda minada da cadeira ministerial.

4

Getúlio Vargas, presidente eleito, foi a Manaus, em 1954, inaugurar o aeroporto. Assis Chateaubriand, candidato a senador pela Paraíba, conseguiu que o Catete convidasse um grupo de líderes do PSD paraibano para participarem da comitiva.

O "Curtis Comander" do Loite Aéreo levava mais de dez horas na rota Rio-Manaus. Chateaubriand, todo

solícito, bancou o aeromoço. Trazia uísque, canapé, refrigerantes. A comitiva estava encantada com a gentileza do velho capitão.

Já de madrugada, todo mundo cansado, Chateaubriand servindo, Raimundo Onofre, chefe político do interior do Estado, elogiou a generosidade do jornalista, ali de garçon a viagem inteira. Chatô, que conversava com Getúlio, gritou lá da frente:

- Seu Raimundo, aproveite, porque daqui a um mês, passadas as eleições, eu mando vocês todos à...

5

Francisco Lacerda, "Chiquinho" Lacerda, era governador em 1964. Conspirou com Magalhães Pinto, fez Marcha da Família por Deus e pela Democracia Contra o Comunismo e saudou a Revolução Redentora. Apesar de ser (ou por isso mesmo) um dos homens mais corruptos que já passaram pelo Estado.

Os primeiros inquéritos levantaram pilhas de provas contra ele. Chiquinho foi ficando. Eurjco Rezende, o atual senador vice-líder da ARENA, era então deputado federal e representante de Chiquinho nas jogadas nacionais. Armou um esquema para salvá-lo.

Naquela época, Heron Domingues tinha a agência de promoções "Pro-News". Eurico pediu um plano de relações públicas para evitar a cassação de Chiquinho. O chefe da equipe de Heron foi a Vitória conversar com ele. Trancaram-se numa sala e o publicitário passou a mostrar ao governador o que era possível fazer e como devia ser feito.

- E quanto vai custar isso?
- 150 milhões, governador.
- Não vou fazer não.
- Mas sem isso o senhor será inevitavelmente cassado.

Olhe, meu caro, eu não estou me incomodando em ser ou não ser cassado. O que eu não quero é que o governo toque em meu patrimônio. Este é que me interessa e me preocupa. Por que então eu iria desfalcocar meu patrimônio em 150 milhões? Se eles quiserem, eu saio. Contanto que não bulam no que é meu.

Chiquinho renunciou, não foi cassado e salvou todo o seu patrimônio. Incluiu os 150 milhões que não pagou à agência de Heron.

6

Silvio de Abreu, hoje deputado federal de Minas MDB, quando delegado de Juiz de Fora transferiu a zona boêmia do centro da cidade para um bairro distante. Anos depois, candidatou-se a prefeito. Um vereador adversário foi fazer comício nesse bairro:

- Vocês, que moram aqui neste bairro, não podem votar em Silvio de Abreu para prefeito. Ele era delegado, há muitos anos atrás, e tirou a zona boêmia do centro da cidade, onde ficam as estações ferroviária e rodoviária, os hotéis e as casas comerciais, e obrigou todo mundo a se mudar para cá, atrapalhando a vida de muita gente. Eu posso falar porque naquele tempo já era vereador e vi tudo. Se vocês pensam que estou mentando, perguntem a suas mães, que foram da zona velha.

Saiu debaixo de pau.

**Medeiros
Lima**

Menino de Engenho, obra prima de José Lins do Rego, comemora 40 anos de seu lançamento e Medeiros Lima conta a odisséia do autor para sua publicação

OS 40 ANOS DE MENINO DE ENGENHO



José Lins do Rego

Eu queria apenas escrever, tanto quanto possível, algumas memórias de menino criado na casa-grande dum engenho nordestino. Acontece, porém, que o romancista é quase sempre um mero instrumento de forças que estão ocultas dentro dele. Esta a confissão de José Lins do Rego, na introdução que escreveu à primeira edição de Usina, quando não conseguiu esconder sua surpresa diante

da obra que realizara, Menino de Engenho, segundo os críticos mais ferrenhos, obra de mero memorialista e narrador. A verdade é que, depois de ler, durante dois anos, os originais engavetados e inaceitos por todos os editores a quem recorrera, o autor do Ciclo da Cana de Açúcar, ajudado por Valdemar Cavalcanti, resolveu investir e entregou a tarefa de preparar os dois mil exemplares da primeira edição do livro à Editora Adersen, que lhe cobrou pelo trabalho. Depois, no ano

de 1933, um editor paulista, até então desconhecido, resolveu lançar o escritor da Paraíba e propôs editar dez mil exemplares de Banquê e cinco mil de Menino de Engenho. José Lins, incrédulo, comentava com os amigos: trata-se de um velho maluco de São Paulo. E nascia, daí, uma sólida amizade, que só a morte desfez, entre José Olympio — o editor desconhecido — e o autor de Doidinho.

Neste ano, quando se comemora o aniversário de lançamento — quarenta anos — do Menino de Engenho, Medeiros Lima fala de tudo e de todos que tiveram ligação com José Lins do Rego. E ninguém melhor que ele. Com a palavra Medeiros Lima. (A Editoria).

O espírito de renovação na velha Europa, após a primeira guerra, repercutiu no Brasil e das pequenas cidades vieram os revolucionários da cultura

OS 40 ANOS
DE MENINO
DE ENGENHO

Gilberto Freyre aconselhou José Lins do Rego a não publicar *Menino de Engenho*, que parecia ruim

Há naquele final da segunda década do século uma preocupação de mudança, de transformação, de substituição de valores. O espírito de renovação que se produziu na Europa, após a primeira Grande Guerra, e que no Brasil atingia os centros urbanos mais densos e avançados começa a repercutir também na pequena cidade de Maceió. Na realidade, trata-se de uma reação em cadeia contra a estagnação, contra os preconceitos estabelecidos, contra o excessivo e prolongado predomínio de certas formas arcaicas, tanto nas letras quanto nas artes como na vida do país em geral, sendo prenúncio de um movimento mais profundo que não tarda por vir. É o fim da disponibilidade, do absentismo.

Em Maceió, essas tendências, essas preocupações de substituição de métodos de interpretação da realidade social e artística, de reavaliação de valores, de aceitação de uma nova estética que tem como ponto de partida a integração dos antigos elementos tradicionais da vida brasileira, no que há neles de mais puro e de mais autêntico, encontra eco exatamente naquele pequeno grupo de que aos poucos se cerca José Lins do Rego, representado por Valdemar Cavalcanti, Aloísio Branco, Mário Marroquim, Alberto Passos Guimarães, Aurélio Buarque de Holanda, Raul Lima, Carlos Paurilho e Arnon de Melo. A esses juntar-se-ia, mais tarde, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Auto e Santa Rosa. Um a morte levou ainda muito cedo: Aloísio Branco, jovem poeta de grande sensibilidade.

Lembrando a todos, num momento de evocação do passado, diria o escritor muitos anos depois: **Muito lhes devo pelo que me animaram, pelo interesse, pelo calor, com que me ajudaram a escrever os meus primeiros romances.**

Essa convivência, a que está naturalmente presente Jorge de Lima durou nove anos. Sua dispersão começou aos poucos, a partir de 1930. E, com exceção de Mário Marroquim e Carlos Paurilho, os demais terminaram transferindo-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Mas naqueles anos, quando apenas começavam a atuar nas letras, constituíam uma espécie de casta, de inteligentzia local, situada acima da mediocridade da vida pequeno-burguesa da cidade. As atitudes, as preferências, os gostos e o que escreviam na imprensa eram motivo de comentários e, por vezes, de escândalo. O tema central era sempre a literatura, as artes em geral.

Jorge de Lima, recordando a repercussão do modernismo em Alagoas, diria: Na província, passávamos quase despercebidos e não ganhávamos senão os ataques dos velhos que nos julgavam doidos ou os risinhos de deboche dos mais sutis. Não

havia nisto nenhuma novidade, pois assim acontecia por toda a parte quando a reação anti-acadêmica, anti-parnasiana, anti-simbolista começou a tomar conta do espírito da nova geração dos pós-guerra, insubmissa ao conformismo generalizado então predominante no país.

José Lins do Rego, que não se considerava influenciado pelos modernistas de São Paulo, mas que com eles terminaria se encontrando por outros caminhos, transformou-se naturalmente graças a sua forte personalidade, no eixo desse círculo de escritores e jornalistas sobre os quais passa a exercer influência. É através desse convívio diário que se estabelece um clima de discussão, de debates amenos e onde já se vislumbra um caminho, uma tomada de posição em face das letras e das transformações a que estavam sendo arrastados ao impacto de uma nova consciência em desenvolvimento.

Referindo-se a esse período, José Lins escreveu certa vez: **Relembro a fase alagoana de minha vida como tempos fecundos, época de floração de minha carreira. Safo do aprendizado para fazer qualquer coisa com as minhas próprias mãos. Começava a sentir aquele desejo de que fala Ramón Fernandez, un désir d'introduire le jugement dans son univers intérieur. Daí a necessidade de discorrer sobre a criação. Nunca imaginava que fosse capaz de fazer um romance.**

Foi, de fato, esse um período de grande atividade, de participação intensa nas discussões literárias, quando se tentava encontrar não apenas uma nova expressão estética mas algo de mais sério, com repercussões em toda a ordem política e social. Mas é esse, também, um período de gestação em que o escritor, por processos inconscientes, alheios à sua vontade, se prepara para a obra de criação, da qual então se confessava distante. O que o levaria, por fim, a tentar o romance, completando assim a sua carreira? O processo foi, sem dúvida, dos mais curiosos. A sua primeira tentativa no sentido da realização de um trabalho mais sério, fora do artigo de jornal, não tinha sido bem sucedida. Impressionado pelas idéias de seu amigo Gilberto Freyre, levado pela admiração e pela amizade que uniam a ambos, escreveu um ensaio a seu respeito, que até hoje se conserva inédito, excetuando-se um ou outro trecho transcrito por Diogo de Melo Meneses em livro sobre o autor de *Casa Grande e Senzala*. Ao que se sabe, coube ao próprio Gilberto Freyre aconselhar a José Lins do Rego a não publicar o trabalho, por lhe parecer quem das qualidades intelectuais do autor. José Lins do Rego, no entanto, sentia-se cada vez mais inclinado a sobrepor à



Graciliano Ramos

José Lins escrevia com volúpia

atividade jornalística e à simples discussão das idéias, a ação criadora. Os fantasmas que viviam dentro dele começavam a se agitar, a reclamarem contra a prisão a que estavam submetidos. Mas o fato é que o escritor não se julgava ainda suficientemente seguro para empreender a obra de ficcionista que garantiria no futuro a sua perenidade na vida literária brasileira. Ao pretender se lançar na nova aventura, o faz de maneira tímida. Sua primeira idéia, ao recorrer ao imenso material de que dispunha para a elaboração de sua obra, foi no sentido de escrever um livro de memórias. A preparação desse livro levou pouco tempo. José Lins do Rego o escreveu quase de um jato, seguindo um método que lhe era peculiar, que consistia em entregar-se ao trabalho de criação a fundo, com fúria de um voluptuoso. Cada dia redigia algumas páginas, em um caderno de notas, que à tarde submetia à apreciação de seu amigo Valdemar Cavalcanti. Após a leitura, este levava consigo o manuscrito para copiá-lo a máquina. E assim foi durante dias. Quando o escritor deu por encerrada a sua tarefa, havia nascido *Menino de Engenho*.

Em *Jornal Literário*, Valdemar Cavalcanti evoca com clareza esse episódio. É ele quem narra: **Vou escrever um livro,**

uma espécie de memórias — confessou-me certa vez. E, logo em seguida, passou vinte e poucos dias só cuidando mesmo do livro, fora da banca do jornal, escrevendo de manhã cedo — a letra miúda e quase ininteligível, num caderno escolar — e lendo tudo de tarde para mim, à sombra de um caramanchão de praça pública, em voz alta, às vezes espantando até as crianças por perto com os gritos que dava.

Um fenômeno novo também havia ocorrido na vida de José Lins do Rego. *Menino de Engenho*, longe de ser a biografia do avô, como imaginara, era antes de tudo uma novela completa e acabada, ponto de partida de uma obra de características muito peculiares. Ao defrontar-se com o trabalho de criação, algo de surpreendente ocorreu ao escritor, levando-o a desviar-se da preocupação de simples memorialista para encontrar-se, face a face, com o romancista que nele permanecia oculto. Para isto, teria contribuído provavelmente a preocupação de fugir a certos fatos mais íntimos, ligados a sua infância ou, quem sabe, apenas a sua realidade, a realidade interior do artista teria se sobreposto a tudo mais, induzindo-o a um trabalho de recriação, marca de toda a obra de ficção. É difícil saber quais os caminhos que o levaram a encontrar-se consigo mesmo, mas, já agora, pela via misteriosa e profunda da arte. Se de fato é verdade, como quer A. Hesnard, em *Vida e Morte dos Instintos do Homem*, que a análise de si mesmo nos escritores deve ser interpretada como uma necessidade vivencial, como propósito ou impulsividade instintiva de escapar à solidão interior em que as circunstâncias de vida, na infância, os afundaram, é possível que tenhamos aí a chave capaz de explicar as verdadeiras razões que induziram José Lins do Rego ao encontro com a literatura. Se não toda, pelo menos parte de sua obra, representada sobretudo pela trilogia *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, é justamente caracterizada por uma espécie de revelação de sua natureza, de seus conflitos interiores, através dos quais, sem esquecer a realidade exterior, deixa patente as contradições, as decepções e frustrações de que é tecido o seu passado. Quando se dispõe a reconstruir a vida rural do Nordeste, termina por ver ali refletida a própria imagem, pois não é outra senão ela que se projeta em seu espírito, no instante em que inicia o trabalho de criação.



OS 40 ANOS
DE MENINO
DE ENGENHO

José Lins do Rego se insurgiu durante toda a vida contra os que insistiam em dizer que sua obra não tinha inventiva e era uma simples narração de fatos



José Lins do Rego

Pela primeira vez se realizou um romance cíclico o da cana de açúcar

Procurando negar, sob a pressão de certas críticas, a origem biográfica de sua obra, José Lins do Rego fez a seguinte confissão: Deixe-lhe contar, primeiro, a história do Ciclo da Cana-de-Açúcar. Eu imaginei trabalhar uma biografia de meu avô, que seria uma história de senhor de engenho. E dessa vontade de trabalhar num livro, que fosse a história de minha família paraibana, saiu Menino do Engenho, que imaginei uma novela de pequenas dimensões. Seria Menino do Engenho — isto sim — a semente da obra que surgiria depois. E com isto realizei, pela primeira vez no Brasil, o que se chamaria de o romance cíclico. Mas, de meus livros, o único que se pode considerar autobiográfico é Doidinho, uma história de minha vida nos tempos de colégio. Pergunto, agora: como poderia compor uma autobiografia desses meus romances quando no primeiro deles, que é Menino do Engenho, a primeira palavra parte de uma ficção — a presença de a mãe de personagem em Recife — que nada tem a ver com nenhum episódio de minha vida? Parte da ficção, da pura ficção, toda a concepção da obra que elaborei. Uma coisa, porém, haveria de ficar nos livros que escrevi: seria o material humano encerrado na vida do próprio autor.

O fato de parte de sua obra ser considerada autobiográfica não significa que ele a tenha realizado com a preocupação de reconstituir todos os dados de que se compõe o seu passado com a precisão do cronista ou do simples memorialista. Aqui se impõe um problema, um problema que importa num dos temas mais discutidos com relação à obra do romancista. Trata-se da relação entre memória e criação. É freqüente a crítica de que José Lins é apenas um narrador, a quem falta qualidades de fabulação e poder inventivo. Contra isto insurgiu-se durante toda sua vida,

não só através de escritos como de depoimentos pessoais. A este propósito ofereceu, certa vez, a seguinte contestação: "É a tal coisa. Todos dizem: José Lins do Rego é um narrador. Ora, essa é boa. Não há romance sem narração. O contrário é ensaio ou qualquer outra coisa fora do gênero."

Não faltava, por certo, razão a José Lins. Não se pode considerar sua obra como a de um puro memorialista, simples narrador a transpor para o papel os acontecimentos por ele vividos ou presenciados. Se assim fora, certamente sua obra não teria alcançado as dimensões que alcançou. Aliás, a capacidade inventiva de José Lins do Rego pode ser facilmente comprovada através de simples confronto entre as figuras evocadas em *Verdes Anos* e as personagens que se agitam, vivem e morrem em seus romances. Fácil identificá-las, todas, quando se tenta um paralelo entre as lembranças do memorialista e sua obra de ficcionista. Afé evidente a superioridade da criação romanesca sobre aquelas páginas escritas com a intenção deliberada de fixar alguns episódios, que tanto marcaram sua vida de infância. Pode-se, então, observar a riqueza inventiva do escritor na elaboração de cada um daqueles figurantes, na fixação de seus traços psicológicos, na descrição do comportamento de cada um deles, nas suas reações em face dos dramas a que se acham submetidos.

Há, pois, um equívoco ou simples deformação que importaria em reduzir não o valor da obra em si, mas sua importância e significado como ficção. E a obra de José Lins, além de seu caráter memorialista, é também obra de ficção, mesmo quando considerada simples transposição da vida. É claro que alguns de seus romances não conseguem esconder o caráter fragmentário da realidade anterior vivida

pelo próprio artista. É sob o signo dessa realidade que se apóia. Mas, como narrador, na reconstituição dos fatos que aborda sob a pressão da memória, permite-se a todas as liberdades indispensáveis à realidade romanesca. Olívio Montenegro parece ter definido bem esse fenômeno ao dizer que evocar é um dos grandes segredos da arte de José Lins do Rego — não evocar somente pela memória, mas evocar com o auxílio da imaginação, evocar menos como quem recorda do que como quem recria e alonga o passado no presente.

Ainda a esse propósito, Mário de Andrade, procurando esclarecer a confusão, escrevia: De José Lins do Rego já se disse que tem pouca invenção e vive preso às reminiscências de sua vida nordestina. Ora, inventar não significa tirar do nada e nem muito menos deverá se decidir que uma das onze mil virgens tocando urucungo montada num canguru em plenos Andes escoceses é mais inventado que descrever reminiscências da infância. Aliás, tudo em nós é de alguma forma reminiscência; e invenção justa e legítima não se prova pelo seu caráter exterior de ineditismo e sim pelo poder de escolha que de todas as nossas lembranças e experiências sabe discernir nas mais essenciais, as mais ricas de caracterização e sugestividade.

Como a Mário de Andrade, não escapou a Álvaro Lins o equívoco que a esse respeito incorreram muitos dos críticos da obra de José Lins. Considerando memória e invenção como elementos que se justapõem e como essenciais à criação da obra de arte, escreve: ... memória e imaginação representam duas faculdades que se relacionam muito de perto, no seu sentido mais rigoroso, que é o filosófico. Num sentido mais geral — no sentido literário, neste caso — ainda se apresentam

Deformação não reduz o valor

mais unidas e mais identificadas. Poderemos dizer que se apresentam sempre juntas e inseparáveis. A imaginação é da memória mesmo que nasce e se desenvolve. (...) Em literatura, pelo menos, nenhuma obra existe sem que tenha se constituído de memória e de imaginação. E referindo-se, a seguir, especificamente ao autor de *Menino de Engenho*: No caso de José Lins do Rego, encontramos, sem esforço, uma memória muito aguda e uma imaginação muito poética, que operam juntas e se desenvolvem em harmonia. No entanto, ele dá a impressão, no primeiro momento, que se acha inteiramente dominado pela memória. Uma simples impressão, porém, que se levanta por efeito de duas circunstâncias: a da sua técnica de romancista, sempre reduzindo todo o romance a uma narração de acontecimentos como que realmente vividos e já tornados históricos; a de partir sempre de um fato real que somente depois passa a ser alterado e ultrapassado.

Álvaro Lins viu muito agudamente o problema, colocando-o nos seus devidos termos, pois é na verdade muito mais na técnica do romancista que nos elementos utilizados por ele, para a construção de sua obra, que se encontra a explicação para os que lhe negam qualidades inventivas.

Lêdo Ivo, em seu excelente estudo sobre *O Universo Poético de Raul Pompéia*, chama a atenção para as reflexões de o autor de *O Ateneu* sobre o problema da criação artística, onde este põe em relevo a função da memória. Toda a composição — diz Pompéia — é baseada numa recordação sentimental. O desdobramento, a similitude do sentimento, com a anotação artística não existe. O artista poderoso é o que melhor evoca a recordação, o que melhor fonógrafo mneumônico possui dentro da alma, para guardar e reproduzir, após a vibração do sentimento, em suma, que melhor corpo cênico possui para os dramas do coração, estudados na vida real, ensaiados pela vontade artística e levados ao palco pelo talento, no teatro íntimo da memória, em que são atores as células nervosas onde cada um de nós é espectador único, como rei da Baviera na Ópera de Wagner (Beyruth).

Esses conceitos, que explicam o processo criativo de Pompéia, ajustam-se perfeitamente a José Lins do Rego. Em ambos, a elaboração da obra de arte parte da memória, sem contudo a ela se aprisionar, mas dela se utilizando como ponto de partida, como material a ser reelaborado, num lento processo de recriação da realidade primitiva.



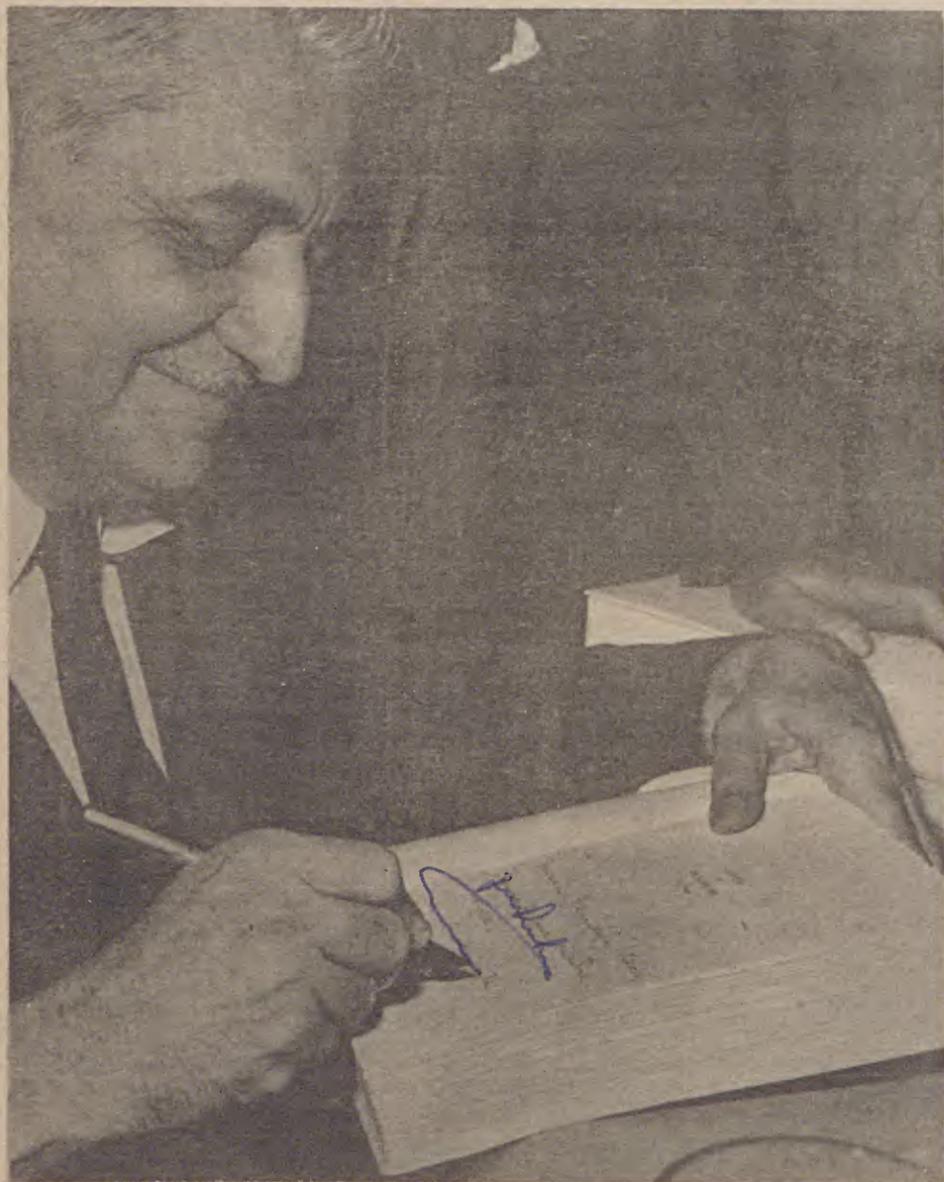
POLITIKA

20

literatura

A obra de José Lins do Rego é construída sob a influência de outros fatores que lhe são essenciais e caracterizam sua natureza e maneira especial

OS 40 ANOS
DE MENINO
DE ENGENHO



Gilberto Freyre

A forma tirânica de imposição de uma idéia de criação

Se não faltam a José Lins do Rego memória e imaginação, não devemos esquecer que sua obra é construída sob a influência de outros fatores, que lhe são essenciais, que caracterizam a sua natureza, a sua maneira especialíssima de ser como escritor: espontaneidade e instinto. Aí acreditamos residir a explicação para a impressão de facilidade, de ligeireza, de ausência de elaboração que decorre da leitura de seus livros. Mas é, sobretudo, através do que há nele de intuitivo que chega a descobertas surpreendentes e inesperadas. Foi isto, igualmente, que lhe permitiu orientar sua obra em várias direções quando a temática nordestina parecia nele se esgotar, um desafio evidente aos críticos que lhe negavam condições para se aventurar por outros caminhos. A isto reagia dizendo: O sujeito que é romancista do Nordeste pode ser romancis-

ta de qualquer lugar. (...) O romance é um produto de secreção de glândulas internas. O romancista não adquire o romance como moléstia de pele. Ele não vem de fora para dentro, mas de dentro para fora. Parece haver, aí, um erro de visão por parte do escritor. É claro que a sua intuição, a sua imensa capacidade narrativa, o poder inventivo que não lhe faltava, permitiram-lhe abordar, com êxito, outros temas fora da paisagem física e humana do Nordeste. Mas a verdade é que sua obra se liga fundamentalmente à sua região, ao mundo recriado de suas vivências. A matéria que se constitui em tema de sua obra a ele se impõe de forma tirânica como resultado de sua visão em face do ambiente, da atmosfera, do meio em que foi gerada. Ernst Robert Curtius, em ensaio sobre Proust, diz que o objeto compele o artista com o mesmo imperati-

O livro não foi somente um êxito de venda e crítica

vo que ao pensador um problema de lógica. O assunto do novelista, a visão do poeta, impõem-se ao espírito autoritariamente, como se partisse de fora. O artista não escolhe sua matéria, é escolhido por ela. José Lins do Rego certamente não desconhecia esse conceito de Curtius, pois ele próprio, que tanto gostava de falar de poesia e de poetas, tratando de Jorge de Lima dizia: Ninguém em poesia diz a outro: eu vou fazer a Ilíada ou um poema à Bahia. O poema é que entra dentro do poeta e o domina. Ou ele escreve ou perde o poema. No caso do autor do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* essa escolha chega a ser avassaladora.

Na introdução que escreveu à primeira edição de *Usina*, José Lins do Rego, num tom em que não escondia a sua surpresa diante da obra realizada, fez esta confissão: Eu queria apenas escrever, tanto quanto possível, algumas memórias de menino criado na casa-grande dum engenho nordestino. Acontece, porém, que o romancista é quase sempre um mero instrumento de forças que estão ocultas dentro dele. Ao concluir *Menino de Engenho*, o escritor deve ter pressentido que aquela pequena novela exigiria dele um esforço de continuidade, pois, sem que o pressentisse ou ambicionasse, apenas dera início a uma obra, cujas dimensões estavam condicionadas aos dados e elementos retidos em sua memória. Daí por diante seria induzido a reconstruir toda a sua experiência anterior. Mas a isto só é levado quando lhe chega a ressonância do êxito, pois até então não estava convencido da importância da obra que iniciava.

Escrito, *Menino de Engenho* não encontrou quem o editasse, permanecendo durante dois anos engavetado. Em 1932, por conta do autor e por interferência de Valdemar Cavalcanti, a novela é finalmente publicada pela Editora Adersen. Não é de se estranhar que isto tenha acontecido no Brasil, em 1932. Devemos estar lembrados que Marcel Proust, na Paris de 1913, depois de recusado por Gallimard, por *Nouvelle Revue Française* e *Ollem-dorf* o manuscrito de sua obra monumental, que iria revolucionar toda a técnica do romance moderno, viu-se obrigado a editar *Du côté de chez Swann* por conta própria, numa edição de mil e setecentos exemplares impressa por Bernard Gasset.

José Lins lembrou muito mais tarde o episódio ocorrido com ele: O livro foi oferecido a todos os editores nacionais, e de todos recebeu um não seco, quando não deram o calado como resposta. Só mais tarde um editor desconhecido, com dinheiro do meu bolso, publicaria a novela. Havia, por este tempo, a revolução de São Paulo e, apesar da convulsão, esgo-

tou-se em três meses. Uma edição de dois mil exemplares foi quase toda vendida no Rio.

Menino de Engenho não foi apenas um êxito de livraria, constituiu, igualmente, um êxito de crítica. A pequena novela caiu no ambiente literário do país, ainda dominado pelo academicismo, pelo parnasianismo e pela tradição lusófila, como uma afirmação das novas tendências do pensamento brasileiro, no domínio das letras. Com José Lins do Rego, mais do que com qualquer outro escritor que o precedera, dava-se uma violenta ruptura com o passado. Não se tratava apenas de um retorno agressivo às tendências nativistas, expressas muito anteriormente por românticos e naturalistas, mas por uma violenta insubordinação contra os valores tradicionalmente conservadores. Ao lado de uma manifesta tendência ao regionalismo, condicionada pela revelação de uma experiência de vida num engenho do Nordeste, em que o tom autobiográfico dá ao documento uma dimensão universal, José Lins do Rego oferece nova contribuição, que se traduz pelo caráter espontâneo e vigoroso de sua prosa. Haurida nas fontes populares, sua narração representou na ocasião uma ruptura violenta com relação aos preceitos e artificialismos da gramática e da linguagem lusas. Como Lima Barreto, a quem tanto prezava, poderia repetir o que aquele dissera em carta a um amigo: Digo-te uma coisa — eu amo tanto esses tais clássicos e sabedores de gramática como a qualquer toco de pau podre por aí. As críticas, as restrições à sua linguagem e, mais que a esta, a sua forma de expressão, não chegariam jamais a invalidar a significação de sua novelística. Ao contrário, a presença de uma série de valores novos em obra literária, onde aos elementos físicos e sociais da paisagem se reuniam o realismo da descrição e o caráter informal da linguagem, não deixaria de provocar interesse especial. Se a novela satisfazia plenamente aqueles que, no agitado ambiente literário brasileiro da época, se batiam por uma maior autonomia de expressão e por uma arte mais nacional, mais próxima, portanto, das verdadeiras fontes de inspiração popular, o fato é que, por outro lado, não deixou de bem impressionar a certos espíritos que, não alinhados ao modernismo, conservavam-se contudo atentos e isentos em face das novas tendências. Era o caso, por exemplo, de João Ribeiro que, para surpresa das correntes mais conservadoras, saudaria *Menino de Engenho* como um livro de primeira ordem.

OS 40 ANOS DE MENINO DE ENGENHO

Romancista mistura-se à ficção

Surpreendido com o próprio êxito, face a receptividade da obra, que caíra em ambiente desejoso de renovação, quando então se encontrava em plena evolução o difícil e penoso processo de transformação da vida brasileira, José Lins do Rego pôe-se a escrever o seu segundo livro.

Doidinho significava uma espécie de prolongamento da obra anterior, quando através da narração de seu aprendizado escolar completa-se a fixação do caráter do personagem de *Menino de Engenho*, que mais tarde, já adulto, vamos reencontrar no Carlos de Mello, de *Banguê*. Obra autobiográfica, nela o escritor reconstrói sua vida no internato de Itabaiana. Aí, mais uma vez, a realidade interior do romancista mistura-se à ficção, de maneira a tornar quase impossível demarcar os limites em que começa uma e acaba a outra. É, psicologicamente, um dos mais vivos e autênticos retratos do próprio José Lins do Rego, pois através de suas páginas o que ele faz na verdade é se confessar, confissão a que não falta aquele traço que lhe é peculiar: o sentimento do temor, da amargura e da morte.

Para a publicação dessa segunda novela, escrita ainda em Maceió, José Lins do Rego não encontrou dificuldades. A estrada do êxito literário lhe foi oficialmente aberta.

As tendências de renovação nas letras e nas artes em geral começavam a adquirir, dia a dia, maior importância e projeção na vida brasileira. Os suplementos literários abrem espaços aos novos escritores; fundam-se novas revistas; as artes gráficas tendem a melhorar; o desenho e a pintura moderna passam a ser aceitas naquelas esferas que antes lhes fechavam as portas e as repudiavam sob o pretexto de tratar-se de mero futurismo, coisa *pour épate le bourgeois*. Entre as novas publicações surgidas nesse período está *Boletim de Ariel*. Dirigida por Gastão Cruls e Agripino Grieco, é à sua volta que se reúnem as figuras mais famosas da literatura nacional. Igualmente editores, Cruls e Grieco assumem a responsabilidade do lançamento de *Doidinho*, que aparece em 1933, com capa de Santa Rosa, então a surgir no Rio como um dos mais audaciosos inovadores da ilustração gráfica. A novela confirma as qualidades literárias já anunciadas em *Menino de Engenho*. Mais que isto, no entanto, faz pressentir o afã com que o jovem escritor pretende se lançar na elaboração de sua obra. Efetivamente, mal saído *Doidinho* do prelo o escritor anuncia *Banguê*.

Por essa ocasião ocorre um episódio revelador das incertezas e dúvidas do romancista quanto aos seus méritos, e do

Doidinho era uma espécie de prolongamento da narrativa e nele vamos reencontrar no Carlos de Mello, de *Banguê*, já adulto, o Menino de Engenho



José Olympio

Incertezas e dúvidas do romancista

qual resultaria o nascimento de uma sólida e duradoura amizade, que teria tão grande importância em sua vida literária. A um jovem livreiro, ainda desconhecido, não havia passado despercebido *Menino de Engenho* e *Doidinho*. Residente em São Paulo, preparava-se para transferir o centro de suas atividades editoriais para o Rio. Este fato, aliado ao entusiasmo que lhe despertara a leitura daquelas duas novelas, o levou a solicitar a obtenção dos direitos autorais do novo livro.

Com essa disposição, dirigiu-se à agência dos Correios e Telégrafos. No bolso, levava redigido um despacho endereçado a José Lins do Rego, no qual se propunha a lançar *Banguê* numa edição de cinco mil

exemplares e a reeditar dois mil exemplares de *Menino de Engenho*. Mas ao chegar ao guichê do Telégrafo resolveu, subitamente, alterar o despacho: em vez de cinco escreveu dez mil exemplares de *Banguê* e em lugar de dois, cinco mil exemplares de *Menino de Engenho*. As tiragens propostas eram surpreendentes quando na época as edições não ultrapassavam de uma a duas mil unidades.

Esse jovem e audacioso livreiro de então era o editor José Olympio. José Lins do Rego não o conhecia. Ao receber o despacho telegráfico não só se mostrou incrédulo como, depois, ao mostrá-lo aos amigos, diria entre cético e irônico: trata-se de um velho maluco de São Paulo.

Apesar dessa descrença aparente ou real, o fato é que a partir daí se estabelece o vínculo que perdurará até a morte entre José Lins do Rego e José Olympio, vínculo não só de escritor com seu editor, mas muito mais que isto, sólido liame de uma amizade profunda e inalterada.

POLITIKA

21

literatura

Disciplina não era a preocupação

A aproximação entre José Olympio e José Lins do Rego foi feita, posteriormente, por Yan de Almeida Prado, famoso bibliófilo paulista. É pelo menos o que se deduz de carta que escreveu, de Maceió, a Gilberto Freyre: *Vendi ao José Olympio de São Paulo uma segunda edição de Menino de Engenho...* Yan foi que me aproximou do tal editor... Este José Olympio é quem editou o livro de Humberto de Campos, *Memórias*. É curioso observar que no futuro José Olympio não seria apenas o editor de José Lins do Rego como do próprio Gilberto Freyre a quem escrevia aquela carta dando ciência ao amigo de novo contrato editorial.

Banguê sai em 1934 com a marca do novo editor. É o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* que surge de forma espontânea e, diria, quase desordenada. Na verdade, José Lins não tem consciência muito crítica da importância e do significado da obra que se dispõe a construir. Tudo indica que pretende apenas, uma vez revelada sua capacidade de narrador, contar, sem a menor preocupação pela disciplina, os fatos, os episódios que lhe são familiares.

Mas nem por isto deixa de seguir certa linha cronológica evidente na sequência de suas três primeiras novelas. *Banguê* seria a complementação do caráter e da evolução de Carlos de Mello, o mesmo *Doidinho* do colégio de Itabaiana. Através da redescoberta da infância, termina por vislumbrar os caminhos que o conduzem ao reencontro com uma humanidade que tende a desaparecer sob os escombros de sua própria ruína e decadência. É pela mão do romancista que ela irá, por fim, ressurgir, sem faustos nem grandezas, e sem os ouropéis da fantasia, mas viva e atuante, em luta contra aquelas forças que a arrastam de forma implacável para o definhamento e a morte.

O escritor antes desconfiado consigo mesmo, conhecido apenas por um pequeno círculo de amigos, obrigado a pagar de seu próprio bolso a novela com a qual adquirira rápida notoriedade, encontra-se agora, face a face, com seu destino. Já não tem por que se sentir vacilante. Desatara-se em seu espírito o poder criador. É desta força misteriosa, mal pressentida, e cuja magia apenas de longe vislumbrava, que se faz prisioneiro e escravo. Entregar-se-á ao trabalho de criação com uma agitação febril. Parece ter pressa ou recear que se lhe extingam as fontes criadoras.

Na verdade, por muito tempo, estará bem longe disto, pois um longo e bem sucedido caminho o espera.



Dias Gomes

Santana
NetoA glorificação
da mediocridade

Para princípio de conversa, aqui estamos para informar o que acontece no campo da cultura. Da cultura no seu mais amplo sentido, mas, evidentemente, com ênfase particular no que diz respeito ao conhecimento, isto é, à arte e à ciência. Da cultura brasileira, evidentemente, tão esquecida e tão espezinhada agora, com tantas deficiências, com tantos problemas. E, por contraste, com tantas perspectivas. Os que têm olhos para ver, e ouvidos para ouvir, estão constatando aqueles problemas, comprovando quanto eles afetam o desenvolvimento cultural, quanto desfiguram o caráter nacional de nossa cultura. Ainda agora, em entrevista importante, alguém denunciava como a música popular brasileira vem sendo comprometida, freada em seu desenvolvimento, depois de uma fase de esplêndido avanço; a denúncia mostrava como a música estrangeira ruim estava transformando o Brasil em seu mercado predileto; estamos pagando caro, com evasão de divisas, por música de segunda ordem. Outro crítico, este de teatro, assinalava, também há dias, que o panorama do teatro brasileiro, nesta fase, vem sendo desolador. Claro está que temos artistas de valor, mas a infra-estrutura está comprometida. E nem é bom falar de literatura, onde o que vem imperando, feericamente iluminada, é a mediocridade mais audaciosa, impando de talento.

Ora, diante de tudo isso, a necessidade de uma tarefa policiadora — no bom sentido — dispensa explicações. Todos compreendem como a incompetência apresentada como genial precisa ser indicada; como a impostura, apregoada como valor autêntico, precisa ser denunciada; como o erro, proclamado como verdade insuperada, precisa ser acusado. É preciso, no fim de contas, em termos de cultura, dar nome aos bois. É preciso restabelecer critérios de valor aceitáveis — pelo menos aceitáveis. Pois a audácia já foi longe demais, na falsificação, e, hoje, os elogios infamam, paradoxalmente. Estamos assistindo, todos os dias, a premiação da mediocridade, a glorificação da mediocridade. Que a ela sejam prestadas homenagens do tipo daquelas que inferiorizam, pela origem e pela significação, nada há que dizer. Que a ela sejam oferecidas as prendas de que se dispõe, nada há que discutir. Que a ela, ainda, sejam proporcionados os lucros de ordem material, nada que estranhar. O que não se pode aceitar é vê-la travestida de genialidade, apontada como valor autêntico. É valor brasileiro, nacional, em termos de cultura, quando, na maioria das vezes, não passa de disfarce esfarrapado do original estrangeiro, mal traduzido.

Há perto de quarenta anos, eu começava minha tarefa crítica, num jornal que ultrapassou o centenário e desapareceu, melancolicamente. Ao longo desses quatro decênios, quase não tenho feito outra coisa senão crítica, e particularmente no campo da cultura. Ao longo desses quatro decênios, essa crítica, se outra qualidade não apresentou, distinguiu-se pela honestidade e pelo apego à verdade. É o que ficará registrado aqui. Não é possível oferecer muito. Mas estou em condições de oferecer uma opinião honesta, experiente. É brasileira.

Notas
e comentários

• Deixou o palco, há pouco, a peça de Nelson Xavier: *O Segredo do Velho Mudo*, que despertou controvérsias e atraiu as atenções, coisas singulares, na atual estagnação cultural, particularmente quanto ao teatro. Na maioria dos casos, a opinião foi favorável à peça, que tinha motivos para tocar de perto a sensibilidade de todos; as restrições ficaram limitadas, no essencial, à ausência de perspectiva, a um certo sentido derrotista, que alguns quiseram ver nela. O simples fato da controvérsia assinala a importância da peça. Misturando — como a realidade mistura — problemas existenciais e problemas políticos de atualidade e contundência, as personagens de Nelson Xavier levaram para o palco um pouco da vida brasileira de nossos dias. Com um pouco de crueldade, sem dúvida, mas também com uma autenticidade que ninguém pode negar e que constitui o cerne da qualidade indiscutível de que tal peça se revestiu. Esperamos que volte aos palcos em breve.

• Um dos inconvenientes das publicações oficiais está na ausência de penetração que as caracteriza. Nem sempre é possível, por outro lado, elogiar tais publicações. Os critérios de escolha, quase sempre, são discutíveis. Mas sempre há exceções. Vale a pena, por honestidade, destacar uma dessas exceções: a *Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional* lançou, este ano, na coleção Rodolfo Garcia, um trabalho de primeira ordem, a *Bibliografia do Folclore Brasileiro*, organizada por Braúlio do Nascimento. Trata-se de trabalho fundamental, importantíssimo, digno de estar em todas as bibliotecas. Wilson Lousada, chefe da *Divisão de Publicações*, e Braúlio do Nascimento, autor, merecem todos os elogios. Eis um livro para ser premiado, em vez daqueles que vêm recebendo as laureas apenas por força de motivos extra-literários.

• Se o livro, no Brasil, está em crise, o mesmo não se pode dizer das revistas. Como a comercialização do livro se processa em moldes obsoletos, os mesmos do tempo do livreiro Alves, a comercialização dos periódicos avançou rapidamente e passou o livro para trás. Assim, enquanto uma editora de livros se satisfaz com edições de dois a quatro mil exemplares de um romance — para não falar em ensaios — uma editora de revistas está tirando cem mil exemplares dos romances que distribui em bancas de jornal. (E as revistas assumiram, progressivamente, a função do livro. Temos, hoje, nas bancas, revistas de Geografia, de Pintura, de Ciências, de História. Temos ainda antologias e dicionários, sem falar em enciclopédias.) O fenômeno é positivo, no geral, embora seja constrangedor assistir à inversão que está em revistas desempenharem o papel que deveria caber a livros. Mas há que registrar a má qualidade das ciências ou das artes, do conhecimento, que muitas delas transmitem, a falta de autoridade dos autores. Não é preciso ir muito longe: o próprio dicionário da Academia de Letras, que vem sendo divulgado em fascículos, deixa muito a desejar. É preciso não confundir a apresentação gráfica com a qualidade dos textos. Quase sempre uma e outro andam em conflito insanável. Voltaremos ao assunto.

O livro
da semana

A Civilização Brasileira teve a idéia feliz de reunir, em dois volumes, o Teatro de Dias Gomes, isto é, tudo, ou quase tudo, o que ele escreveu, mesmo quando não tivesse sido representado. O leitor encontrará, pois, não apenas aquelas peças muito conhecidas, pelo valor específico ou por força de notoriedade conferida com a filmagem, mas ainda aquelas menos conhecidas e até mesmo as desconhecidas, pelo menos para o grande público. Desde *O Pagador de Promessas* até aquelas que Dias Gomes escreveu nos últimos anos e que não chegaram ao palco. Isto é, um pouco do melhor que o teatro brasileiro conhece, em nosso tempo.

Na variedade das criações de Dias Gomes, é possível encontrar alguns dos traços fundamentais que destacaram o seu teatro como um dos grandes momentos da arte brasileira no gênero: a crítica da sociedade, sempre colocada em profundidade e denunciada em lances significativos, fugindo à superficialidade fácil; a compreensão dos problemas humanos, marcada pela tolerância e pela ternura para com as criaturas; a capacidade em situar os conflitos com autenticidade e em desenvolvê-los dialeticamente, assinalando as contradições. Claro que, ao lado dessas qualidades singulares, que distinguem o verdadeiro talento da galeria dos meros realizadores, estão aquelas outras qualidades sem as quais não existe teatro: o domínio da técnica, o diálogo apurado e fluente, sempre natural, a caracterização dos tipos.

O teatro brasileiro, felizmente, não tem longa tradição, em que pese seu passado distante, se datarmos dos autos jesuítos; surgiu, a rigor, na segunda metade do século XIX; emancipou-se, rigorosamente, em nosso tempo, no sentido de conquista da marca nacional. Poucas obras, em seu patrimônio, já importante apesar de tudo, podem ser colocadas no nível a que atingiram as de Dias Gomes. Conhecê-las, pois, constitui enriquecimento que nenhuma pessoa culta pode se dispensar.

A Editoria

MÁRIO AMÉRICO DE SOUZA (rua Timbiras, 234 — Jacarepaguá, Rio — GB) — Foi uma alegria ver o nascimento de um jornal como POLITIKA, principalmente por se ter a perspectiva do surgimento de outros, como o Jornal de Debates. Este, infelizmente, acabou cedo, enquanto vocês conseguem, com certa liberdade, caminhar impávidos. De qualquer maneira, os assuntos, na maioria das vezes, abordados por POLITIKA são atuais e interessam, principalmente, aos estudantes, nos quais me incluo”

Ótimo, Mário. Queremos, realmente, chegar até os estudantes. E parece que estamos conseguindo. Isto é muito bom para a gente.

Haroldo é tímido e cavalheiro

OLIVEIRA BASTOS (Peixe-Boi — Belém — PA) — “Cada vez mais distante da redação do nosso POLITIKA, sou o que se pode considerar o leitor desastrado de vocês: porque a responsabilidade antiga, que hoje é mais do Nery, transformou-se em vício novo para mim, a mania de ler o jornal com ar de censura. Mas sou um tímido e não escrevi tantas cartas quantas vocês têm merecido, ultimamente. Mas em defesa da reputação de um amigo, hélas!, vamos às correções. A história por vocês divulgada na *Bacia das Almas* do número anterior é verdadeira, mas o personagem é outro. O autêntico autor da frase **ninguém sabe o que o calado quer**, utilizada como ideologia do conquistador ousado, é um alto funcionário do Banco da Amazônia, amigo de Haroldo Maranhão, escritor e jornalista que todos aí admiramos. Vocês atribuíram a frase e as atitudes ao Haroldo, que é um tímido e, sobretudo, um cavalheiro. Vamos consertar isso. E põe no *Korreio* para o pessoal ver que os colaboradores do POLITIKA, além de amigos, também escrevem bilhetes contra a editoria”

Seu protesto, Oliveira, está devidamente registrado.

EDUARDO DE A. SIMÕES (rua Barão de Piracicaba, 221 — apto. 2 — São Paulo — SP) — “Lendo esse semanário, precisamos na *Bacia das Almas* um tópico referente à cidadania incômoda com uma, por sua vez, incômoda colocação: **baixo espiritismo**. A colocação que, à primeira vista, é de somenos, revela, porém, a quantos já tenham bebido algo mais do assunto, que a escorregadela foi daquelas. Daí pensamos conosco: pô!... Será? ... É, mas infelizmente nessa eles se machucaram. Esqueceram de tomar simanco. Isto denota que não conhecem *nadinha* de espiritismo. Sendo assim, vamos recitar uma ladainha pra que os caras se penitenciem. Dizer-lhes, alto e bom som, que nunca existiu esse negócio de **alto e baixo espiritismo**. Pra nós, isso é coisa de avião. Enfim, é bom saber que o termo **espiritismo** foi criado pelo seu Allan Kardec, como uma espécie de marca registrada proposto em seu *Livro dos Espíritos*. Ok? Pra sintetizar: o espiritismo (já que vocês abriram a dica) tem, a nosso ver, condições pra voar mais alto que as aparências; do que as consciências ingênuas querem fazer dele. Conheçam, por exemplo, seu relaciona-

mento social com os demais departamentos do saber, exposto de maneira significativa pelos professores Armando Oliveira Lima e Adalberto Paranhos (este, por sinal, colaborador **de-vez-em-quandário** da *Tribuna da Imprensa*). Atentem, no entanto, a que, refletindo em parte a própria divisão da sociedade em classes sociais, há uma ala enfeudada, reacionária até a medula. A outra, representada pelo **Movimento Universitário Espírita**, compõe a fileira progressista. Tão progressista que tem como livro de cabeceira *Gustavo Corção* (usando-o, diga-se a bem da nossa reputação, para combater as noites de insônia... Bem, de qualquer forma, somos fãs de vocês. E como! E **prô POLITIKA**, polegar pra cima!”

Muito bem. Eduardo. O que acontece é o seguinte: **como você pôde notar, em termos de religião, não somos a favor nem contra, antes pelo contrário. E não temos idiosincrasia com relação a quem professe esta ou aquela seita religiosa. Mas, a bem de nossa reputação, com sua licença, não aceitamos a crítica. E simplesmente porque a divisão de baixo e alto espiritismo é feita segundo a sociologia. E estamos conversados.**

BRASIL - 1971

A tradicional publicação do MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES na sua última e atualizadíssima EDIÇÃO.

Realização de um grupo de trabalho do M.R.E., sob a direção do Embaixador F. Gualberto de Oliveira, com a colaboração dos mais renomados técnicos e especialistas, como sejam: Waldomiro Gonçalves Cristiano, Américo Jacobina Lacombe, Lysia M. Cavalcante Bernardes, Antônio Olinto, Dr. Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira, Manuel Ferreira, Edson Cesar de Carvalho, Thomé Abdon Gonçalves, Belford de Oliveira, Eduardo Falcão Uchôa, José Manuel Gameira Macieira, Cel. Alberto Lima.

Tudo sobre o Brasil. Verdadeira enciclopédia, desde o descobrimento até os dias presentes. Informes precisos sobre a situação histórica, administrativa, política, demográfica, cultural e social. Enfim, tudo quanto se queira saber sobre o Brasil, seus recursos e suas possibilidades.

EXTRAORDINÁRIO, AMPLO E MINUCIOSO CAPÍTULOS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA, DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO BRASIL, DADOS ESTATÍSTICOS OS MAIS RECENTES E EXATOS (I.B.G.E.) DE 1970/1971.

Exposição clara de todos os recursos minerais, vegetais, fauna marítima e terrestre, enfim, todas as riquezas do país.

Belo volume, fartamente ilustrado, com quase 1.300 páginas impressas em papel bíblia, contendo em apenso 1 mapa moderníssimo do Brasil, uma carta com todos os Hinos do país, com letras e músicas oficiais e, mais uma carta reproduzindo todas as bandeiras históricas e a bandeira atual (em cores).

Preço popular de divulgação — Cr\$40,00

Deposítário exclusivo para todo o Brasil.

LIVRARIA SÃO JOSÉ — Rua São José, no. 70 — Rio de Janeiro.

Enviamos para todo o Brasil mediante a remessa dos Cr\$ 40,00 em cheque, vale postal, carta com valor declarado ou pelo Reembolso Postal.

NA BATALHA DA INFORMAÇÃO LUTE COM AS ARMAS DA CIVILIZAÇÃO

Sem demagogia e sem ardid, sem paixão e sem medo, a EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA vem lutando, ano após ano, para oferecer aos leitores de todo o Brasil a mais eclética bibliografia em que se informem sobre os problemas sociais e econômicos que marcam o tempo em que vivemos.

QUAIS DESTES VOCÊ JÁ LEU?

- ✓ Celso Furtado — ANÁLISE DO “MODELO” BRASILEIRO — Cr\$15,00;
- ✓ Octavio Ianni — ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO — Cr\$30,00;
- ✓ Darcy Ribeiro — O PROCESSO CIVILIZATÓRIO (2a. ed.) — Cr\$25,00;
- ✓ Ferdinand Lundberg — OS RICOS E OS SUPER-RICOS (2 vols.) — Cr\$70,00;
- ✓ Jean Ziegler — SOCIOLOGIA E CONTESTAÇÃO — Cr\$20,00;
- ✓ Constantino Ianni — A DESCOLONIZAÇÃO EM MARCHA — Cr\$ 30,00;
- ✓ L.A. da Costa Pinto — SOCIOLOGIA E DESENVOLVIMENTO — Cr\$30,00;
- ✓ Franklin de Oliveira — A TRAGÉDIA DA RENOVAÇÃO BRASILEIRA — Cr\$20,00;
- ✓ Ferreira Gullar — VANGUARDA E SUBDESENVOLVIMENTO — Cr\$15,00;
- ✓ James A. Donovan — MILITARISMO: O CASO AMERICANO — Cr\$30,00;
- ✓ Nelson Werneck Sodré — RAZÕES DA INDEPENDÊNCIA (2a. ed.) — Cr\$20,00;
- ✓ Osny Duarte Pereira — A TRANSAMAZÔNICA: PRÓS E CONTRAS (2a. ed.) — Cr\$30,00;
- ✓ Arthur M. Schlesinger, Jr. — A CRISE DE CONFIANÇA — Cr\$20,00;
- ✓ Claude Julien — O IMPÉRIO AMERICANO — Cr\$35,00;
- ✓ Eugene Davidson — A ALEMANHA NO BANCO DOS RÉUS (2 vols.) — Cr\$45,00;
- ✓ Jean Hyppolite — INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE HEGEL — Cr\$12,00;
- ✓ José Honório Rodrigues — ASPIRAÇÕES NACIONAIS (2a. ed.) — Cr\$20,00;
- ✓ L.A. da Costa Pinto — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRANSIÇÃO SOCIAL — Cr\$15,00;
- ✓ Robert L. Heilbroner — ENTRE O CAPITALISMO E O SOCIALISMO — Cr\$30,00;
- ✓ Michael Parenti — A CRUZADA ANTICOMUNISTA — Cr\$20,00;
- ✓ Darcy Ribeiro — OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO — Cr\$30,00;
- ✓ Mário Victor — A BATALHA DO PETRÓLEO BRASILEIRO — Cr\$25,00;
- ✓ Eldridge Cleaver — ALMA NO EXÍLIO — Cr\$20,00;
- ✓ Darcy Ribeiro — AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO — Cr\$30,00;
- ✓ Georg Lukács — INTRODUÇÃO A UMA ESTÉTICA MARXISTA — Cr\$20,00;

Procure-os em todas as boas livrarias e, particularmente, nas lojas da rede CIVILIZAÇÃO:

- Rio de Janeiro — Rua Bethencourt Silva, 12—F (Ed. Av. Central)
- São Paulo — Rua das Palmeiras, 260/262
- Recife — Rua Santa Cruz, 200
- Salvador — Rua Padre Vieira, 9
- Belo Horizonte — Rua da Bahia, 902
- Curitiba — Rua 15 de Novembro, 423/427
- Porto Alegre — Rua Riachuelo, 838
- Brasília — Loja 4 do S.C.L., S.Q. 309

o JARDINEIRO DE ARAQUE

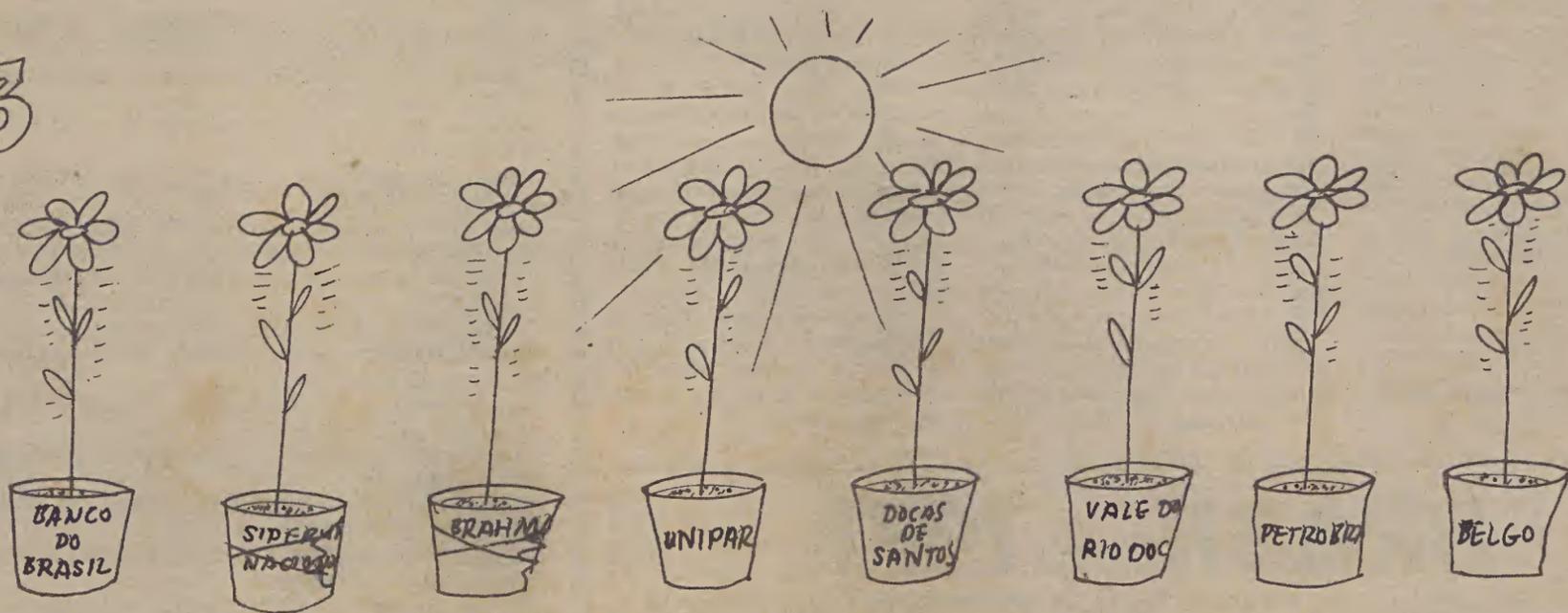
1



2



3



POLITIKA

(EDITORA TORA LTDA)

Presidente: Philomena Gebran
 Diretor: Sebastião Nery
 Conselho Editorial: Oliveira Bastos,
 Gerardo Mello Mourão, Medeiros Lima,
 Paschoal Carlos Magno.

Gerente: Enéas Resque
 Editores: Jorge França, Mury Lydia
 Arte: Antônio Calegari
 Ilustração: Luis Fonseca
 Humor: Fritz, Calicut
 Relações Públicas: Walter Peneluc
 Correspondentes: Murilo Marroquim
 (Brasília), Villela Neto (Paris)

Direção e Redação: Av. Rio Branco, 133,
 gr. 1601 Tel. 232-1981 - Rio - GB

Departamento Comercial (Publicidade e
 Assinaturas): Epitácio Caó
 Ponto Promoções Ltda - Rua Alvaro
 Alvim, 21, gr. 205
 Tel. 232-7821 - Rio - GB
 São Paulo: Paulo Pereira - Rua das Flo-
 res, 27, gr. 25 Tel. 33-4210
 Brasília: Itabaiana de Moura - Av. W-3
 (Setor Comercial) - Ed. Sonia, 4º andar.
 Tel. 24-5376 e 24-7376
 Fortaleza: Dário Macedo - Av. Duque de
 Caxias, 823, gr. 301 - Tel. 21-7046

Porto Alegre: Rui Silva de Carvalho -
 Rua Miguel Tostes, 924, gr. 101
 Tel. 23-1754
 Fotos: Tribuna da Imprensa, O Cruzeiro e
 O Jornal
 Distribuição (exclusiva em todo o Brasil):
 Fernando Chinaglia Distribuidora S/A -
 Rua Teodoro da Silva, 907 (Grajaú)
 Rio - GB
 Composição e impressão: máquinas ele-
 trônicas IBM da Gráfica Editora Jornal do
 Commercio - Rio - GB

